

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE JORNALISMO

ISABELLA VASCONCELOS SILVA

**NO AR JORNALISMO E QUESTÕES AMBIENTAIS:**  
UMA ANÁLISE DA COBERTURA DA CRISE YANOMAMI NO PODCAST  
“AMAZÔNIA SEM LEI”

UBERLÂNDIA  
2023

ISABELLA VASCONCELOS SILVA

**NO AR JORNALISMO E QUESTÕES AMBIENTAIS:  
UMA ANÁLISE DA COBERTURA DA CRISE YANOMAMI NO PODCAST  
“AMAZÔNIA SEM LEI”**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel junto ao curso de Comunicação Social: Jornalismo pela Universidade Federal de Uberlândia.

Orientadora Profa. Dra. Adriana C. Omena Santos

Coorientadora Profa. Dra. Mirna Tonus

UBERLÂNDIA

2023

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586  
2023 Silva, Isabella Vasconcelos, 2001-  
NO AR JORNALISMO E QUESTÕES AMBIENTAIS [recurso  
eletrônico] : UMA ANÁLISE DA COBERTURA DA CRISE YANOMAMI  
NO PODCAST "AMAZÔNIA SEM LEI" / Isabella Vasconcelos  
Silva. - 2023.

Orientador: Adriana Omena dos Santos.

Coorientadora: Mirna Tonus.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em  
Jornalismo.

Modo de acesso: Internet.

Inclui bibliografia.

1. Jornalismo. I. Santos, Adriana Omena dos, 1970-,  
(Orient.). II. Tonus, Mirna, 1968-, (Coorient.). III.  
Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em  
Jornalismo. IV. Título.

CDU: 70

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:  
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

ISABELLA VASCONCELOS SILVA

**NO AR JORNALISMO E QUESTÕES AMBIENTAIS:  
UMA ANÁLISE DA COBERTURA DA CRISE YANOMAMI NO PODCAST  
“AMAZÔNIA SEM LEI”**

Monografia aprovada como requisito parcial  
para obtenção do título de Bacharel junto ao  
curso de Comunicação Social: Jornalismo  
pela Universidade Federal de Uberlândia.

**BANCA EXAMINADORA**

Uberlândia, 23 de junho de 2023.

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana C. Omena dos Santos — FAGED/UFU  
Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Me. Maiara Sobral Silva — IFTO  
Examinadora

---

Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl — FAGED/UFU  
Examinador

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos meus pais, Sônia e José, por todo carinho, amor e apoio durante minha graduação.

SILVA, Isabella Vasconcelos. **No ar jornalismo e questões ambientais**: uma análise da cobertura da crise yanomami no podcast “Amazônia Sem Lei”. 2023. 60 f. TCC (Graduação) - Curso de Jornalismo, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso analisa como o episódio “O cerco aos isolados Yanomami” do podcast “Amazônia Sem Lei” veiculado pela Agência Pública incorpora as características do Paradigma Ecológico em sua cobertura, juntamente com as tendências dos podcasts atuais. Para melhor entender o objetivo proposto, discorre-se sobre os conceitos de radiojornalismo, podcast e sua importância na atualidade e, também sobre o jornalismo ambiental, especialmente a cobertura sobre conflitos ambientais no Brasil. Os resultados alcançados baseiam-se em uma análise documental e descritiva, pelo viés da análise de conteúdo. Por meio da análise, a pesquisa constatou que o episódio estudado tem a pluralidade de atores, se posiciona diante dos fatos e incorpora a tendência da narrativa pessoal dos podcasts.

**Palavras-chave:** Radiojornalismo. Podcast. Jornalismo ambiental. Amazônia Sem Lei. Agência Pública.

## **ABSTRACT**

The present course completion paper analyzes how the episode “O cerco aos isolados Yanomami” from the podcast “Amazônia Sem Lei” broadcasted by Agência Pública incorporates the characteristics of the Ecological Paradigm in its coverage, along with podcast trends. To better understand the proposed objective, it discusses the concepts of radio journalism, podcasting, and their importance in the present day, as well as environmental journalism, particularly the coverage of environmental conflicts in Brazil. The achieved results are based on a documentary and descriptive analysis, through the perspective of content analysis. Through the analysis, the research found that the studied episode presents a plurality of actors, takes a stance on the facts, and incorporates the trend of personal narrative in podcasts.

**Keywords:** Radio journalism. Podcast. Environmental journalism. Amazônia Sem Lei. Agência Pública.

## SUMÁRIO

|            |  |           |
|------------|--|-----------|
| <b>1</b>   | <b>INTRODUÇÃO</b>  | <b>7</b>  |
| <b>2</b>   | <b>RADIOJORNALISMO E PODCAST</b>   | <b>12</b> |
| <b>3</b>   | <b>JORNALISMO AMBIENTAL</b>  | <b>23</b> |
| <b>4</b>   | <b>O PODCAST “AMAZÔNIA SEM LEI”</b>                                      | <b>34</b> |
| <b>4.1</b> | <b>Agência Pública, Amazônia Sem Lei e O cerco aos isolados Yanomami</b> | <b>34</b> |
| <b>4.2</b> | <b>Análise de conteúdo como metodologia</b>                              | <b>36</b> |
| <b>4.3</b> | <b>Dados e análises</b>  | <b>38</b> |
| <b>5</b>   | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>  | <b>48</b> |
|            | <b>REFERÊNCIAS</b>   | <b>49</b> |
|            | <b>APÊNDICE A — Episódio quatro do podcast “Amazônia Sem Lei”</b>        | <b>54</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O meio ambiente vem ganhando espaço de discussão na sociedade tanto diante dos sinais que a natureza dá sobre a exploração humana, quanto pelas tragédias ambientais que ampliam essa necessidade e aceleram o processo de agravamento da crise ambiental.

No primeiro capítulo de seu livro “Mundo Sustentável 2”, o jornalista André Trigueira Mendes (2012) coloca a crise ambiental como o maior dos problemas enfrentados atualmente pela sociedade. Segundo o autor, construímos um modelo de desenvolvimento baseado na produção e no consumo, que parte do entendimento da natureza como sinônimo de matéria-prima e energia e por isso utiliza, em alta velocidade e escala, os recursos naturais não renováveis do planeta.

Entretanto, é possível observar na mídia algumas mudanças em direção à sustentabilidade mas para superar esse modelo de desenvolvimento é necessário “um olhar ecológico, sistêmico, inter-relacional, que revela o cenário apocalíptico descrito pelos cientistas quando analisam a depredação sistemática dos recursos fundamentais à vida” (MENDES, p. 13, 2012).

Nos últimos anos, grandes tragédias ambientais foram noticiadas pelo jornalismo brasileiro, como o rompimento da barragem de Mariana (2015), o rompimento da barragem de Brumadinho (2019) e as manchas de óleo que surgiram no litoral brasileiro (2019). A pandemia de COVID-19 (2020-2023), ampliou ainda mais esse debate dentro e fora do jornalismo.

Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), a cobertura ambiental passou a olhar com mais atenção para a região amazônica. Ao longo do governo, foram pautados os desmontes de programas e políticas públicas voltadas para a preservação da floresta e dos povos que lá vivem. Houve falas do ex-ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, sugerindo a simplificação de regras e normas sobre a exploração do meio ambiente, a violência no campo, o garimpo ilegal e o aumento de queimadas e do desmatamento. Em 2021, outro caso envolvendo o ex-ministro que recebeu notoriedade foi sua exoneração por ser alvo de uma operação da Polícia Federal que investigava sua ligação com a venda de madeira ilegal.

Ainda durante o governo Bolsonaro, o assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips foi noticiado nacional e internacionalmente expondo o grau de violência e os conflitos na região. Em 5 de

junho de 2022, eles foram assassinados no Vale do Javari, a segunda maior terra indígena do Brasil, localizada no extremo-oeste do Amazonas. Essa questão permeou, junto com as mortes na pandemia, a pauta das eleições presidenciais que resultou na eleição de Lula. Ele foi diplomado no final de 2022 e assumiu a presidência em janeiro de 2023, com uma herança bastante negativa no que diz respeito às questões ambientais

Mais recentemente, em 21 de janeiro de 2023, o caso dos povos que vivem na terra Yanomami, a terra indígena do Brasil, também recebeu repercussão nacional e internacional após o presidente Lula (recentemente empossado) ter visitado a região acompanhado pelos ministros do Desenvolvimento Social (Wellington Dias), da Saúde (Nísia Trindade) e dos Povos Indígenas (Sonia Guajajara). A visita foi feita em razão das denúncias sobre a saúde dos indígenas e os conflitos na região causados pela ocupação de garimpeiros na terra demarcada.

Apesar das denúncias sobre a situação na terra Yanomami surgirem desde o governo anterior, a visita intensificou a cobertura da mídia, deixando evidente a situação de emergência dos povos daquela localidade. Segundo o Ministério da Saúde e a FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas),

Casos de desnutrição e insegurança alimentar, principalmente entre as mais de 5 mil crianças, foram registrados. Profissionais de saúde relatam falta de segurança e vulnerabilidade para continuar os atendimentos, dificultando ainda mais a assistência médica aos indígenas. (GOVERNO, 2023).

Uma das formas de veiculação dessas pautas é através dos podcasts. Durante as duas últimas décadas, o consumo de áudio vem mudando, pois a internet possibilitou um novo modo de distribuição de conteúdos neste formato. Com o aumento do acesso à internet no Brasil, os podcasts estão se consolidando como um canal no qual os ouvintes procuram os mais diversos conteúdos informativos e de entretenimento.

No Brasil, dados sobre o acesso à internet são promissores, mas ainda não são os ideais. De acordo com números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Tecnologia da Informação e Comunicação 2021, a Pnad TIC, 90% dos domicílios têm acesso à internet. Isso representa 5,8 milhões de domicílios a mais do que em 2019 (IBGE, 2021). Mas mesmo com o aumento, 7,28 milhões de famílias ainda permanecem sem conexão à rede em casa (IBGE, 2021).

Apesar disso, segundo a pesquisa Inside Rádio, realizada pelo IBOPE, entre 2020 e 2021 o consumo de podcasts aumentou 32% no Brasil (KANTAR IBOPE MÍDIA, 2021). Além disso, o levantamento traz que as notícias são o quarto assunto mais consumido pelo público, com 27% do público escutando podcast de notícias (KANTAR IBOPE MÍDIA, 2021). A partir do cruzamento desses dois dados, podemos identificar os podcasts como mais uma oportunidade para veiculação e distribuição de conteúdos jornalísticos, o que também traz um novo local de atuação para o profissional jornalista.

Diante da relevância social do debate sobre meio ambiente e a potencialidade de veiculação de produções jornalísticas em podcast, essa pesquisa se debruça sobre o podcast "Amazônia Sem Lei" da Agência Pública. Afinal, uma pesquisa que trace algumas das tendências e características desse novo meio de veiculação desempenha o papel de nortear jornalistas e estudantes de jornalismo para esse tipo de produção, além de corroborar com próximas pesquisas que tratem sobre podcasts.

Em uma live veiculada em 8 de dezembro de 2022 no canal do YouTube do Centro Acadêmico de Comunicação Social do curso de Jornalismo da UFU, a jornalista ambiental da Folha de São Paulo, Ana Carolina Amaral, apontou que com os escândalos ambientais do antigo governo, a temática do meio ambiente ganhou espaço também em outras editorias (LIVE... 2022). Diante disso, trazer um produto que dialoga sobre a temática ambiental é de grande importância não só para o debate público, mas também para que profissionais e estudantes de jornalismo estejam mais preparados para o mercado de trabalho que vem exigindo a abordagem ambiental de forma ampla nas diversas áreas de cobertura.

Neste contexto, o objeto dessa pesquisa parte de um interesse pessoal da pesquisadora em relação à temática abordada e formato de veiculação. Durante a graduação o formato de produção jornalística com a qual a pesquisadora mais se identificou foi a de áudio, tanto o rádio convencional quanto o digital. As disciplinas de Radiojornalismo proporcionaram mais contato com o áudio, resultando em um envolvimento profundo sobre esse tipo de produção jornalística, principalmente da perspectiva digital.

Já a temática ambiental é trazida por uma motivação mais antiga, é um assunto que sempre trouxe inquietação e preocupação. É relativamente simples para os brasileiros buscar alguns momentos da adolescência e infância que ficaram

marcados por tragédias ambientais e crises climáticas que impactaram a forma como vivíamos na época, e isso não é diferente para a pesquisadora deste trabalho.

Diante disso, essa pesquisa parte do questionamento sobre como o podcast “Amazônia Sem Lei”, em seu quarto episódio, incorpora as características do Paradigma Ecológico na sua cobertura sobre a crise Yanomami, procurando mapear as fontes consultadas, os agentes sociais citados e a presença da perspectiva do jornalista sobre a cobertura das pautas. Além disso, visa chamar a atenção para a importância da cobertura ambiental que vem ganhando mais destaque nos últimos anos e contribuir para as discussões sobre o jornalismo ambiental.

O objeto desse estudo, o podcast “Amazônia Sem Lei”, faz parte de um projeto da Agência Pública que leva o mesmo nome e investiga a violência relacionada à regularização fundiária, demarcação de terras e reforma agrária na Amazônia Legal<sup>1</sup> e no Cerrado. Os 10 episódios, publicados de 25 de junho de 2021 a 28 de abril de 2022, são conduzidos pelos jornalistas Clarissa Levy e Ricardo Terto e contam histórias, que foram investigadas pelos repórteres da Pública sobre o que está em jogo na Amazônia.

Os episódios procuram ir além do que aparece nas manchetes e aprofundam-se sobre cada assunto para entender quais são as disputas de terra, água e poder que ocorrem na Amazônia e no Cerrado. Para contribuir com a narrativa e ambientação, são utilizados recursos de áudio, recortes do áudio de outras reportagens e documentários, trechos dos áudios das entrevistas com as fontes e os jornalistas responsáveis pela cobertura de cada pauta são convidados

Diante da repercussão da crise dos Yanomami em 2023, esta pesquisa optou por analisar apenas o quarto episódio divulgado, nomeado “O cerco aos isolados Yanomami”. O episódio trata sobre os conflitos presenciados pelos povos Yanomami em outubro de 2021, mais de um ano antes da visita do atual presidente à região e instalação do decreto com medidas para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e de combate ao garimpo ilegal no território Yanomami (BRASIL, 2023a).

---

<sup>1</sup> Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2008), a Amazônia Legal corresponde a 59% do território brasileiro. A área engloba oito estados, sendo eles Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Maranhão. O conceito foi instituído em 1953 com o objetivo de planejar o desenvolvimento social e econômico da região amazônica (IPEA, 2008).

Para chegar a possíveis respostas para o questionamento apontado anteriormente, a pesquisa fará uma revisão das principais bibliografias existentes sobre o radiojornalismo e sobre a cobertura de meio ambiente no Brasil. Além de utilizar a análise de conteúdo (BARDIN, 1977) como metodologia de pesquisa.

A monografia possui quatro capítulos, sendo que os dois primeiros buscam explicar sobre Radiojornalismo e podcast e Jornalismo Ambiental, respectivamente. O terceiro capítulo traz a metodologia usada na pesquisa, a codificação do material, os dados e as análises em si. Por fim, o último capítulo aborda as considerações da pesquisa, assim como os principais resultados e propõe estudos futuros, em seguida são apresentadas as referências utilizadas no estudo.

## 2 RADIOJORNALISMO E PODCAST

O objeto de pesquisa deste trabalho é um produto jornalístico em áudio veiculado na internet, mais especificamente em plataformas de streaming de áudio e no website da Agência Pública, veículo do objeto. Dessa forma, para que se atinjam os resultados esperados, é necessário compreender quais os caminhos traçados pelo rádio desde seu surgimento até o momento atual, quais foram as transformações e adaptações pelas quais o rádio passou para entender o surgimento do podcast, além de suas particularidades e potencialidades.

No Brasil, o rádio surge com Roquette-Pinto (1884-1954), que viu esse instrumento como um canal de transmissão da cultura popular (TOSIN; NEVES, 2018). Em 1927, ele possuía sua emissora de rádio brasileira com programação cultural que tocava música erudita e passavam conferências e palestras (CÉSAR, 2009, apud TOSIN; NEVES, 2018). Essa fase do rádio é chamada por Ferraretto (2007) de *artesanal*, nela os pioneiros do rádio não tinham preocupação com o lucro (grifo do autor).

A popularização de fato do rádio veio na década de 1930, quando o então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, autorizou a veiculação de propaganda nesses veículos (TOSIN; NEVES, 2018). Segundo Ferraretto (2007), quando isso acontece, o rádio entra em sua segunda fase, a *comercial*, é nesse momento que ele se estabelece como um negócio (grifo do autor).

Nessa época, também, as músicas clássicas já não interessavam o público. Assim, o rádio passa pela sua primeira necessidade de transformação e adaptação; por isso, são incorporados às programações músicas populares, radiojornalismo, transmissões esportivas, programas de lazer e entretenimento (humorístico, novelas e de auditório) (TOSIN; NEVES, 2018). Segundo Tosin e Neves (2018), com essas mudanças o rádio se torna um meio de comunicação de massa<sup>2</sup>, isso significa que ele tinha “[...]o poder de transmitir ideias e conteúdo de acordo com a identidade de valores de grupos distintos e espalhados e que compõem a sociedade, formando opiniões, construindo interesses semelhantes, ou até mesmo separando grupos sociais” (TOSIN; NEVES, 2018, p. 3). Ferraretto (2007) distingue essa fase como a

---

<sup>2</sup> Segundo Beltrão e Quirino (1986), apud Tosin e Neves (2018), a comunicação de massa é a industrialização da produção e transmissão de mensagens culturais, por meio de veículos mecânicos, para a massa social a fim de informar, educar, entreter e persuadir assim, promovendo a interação individual e coletiva.

*industrial*, pois o veículo está ligado à sociedade de consumo, adquirindo as características de indústria cultural (grifo do autor)<sup>3</sup>.

Com o lançamento da pioneira TV Tupi-Difusora em 1950, surgiu uma preocupação sobre a continuidade do rádio, que cresceu à medida que o veículo perdia o protagonismo e, mais importante ainda, os anunciantes (FERRARETTO, 2007), combinada com as mudanças de comportamento e de mercado.

Todas essas mudanças ocorrem graças ao avanço tecnológico. Da mesma forma que as revoluções industrial e científica proporcionaram a criação do rádio, logo, elas permitiram o surgimento de outras tecnologias e inovações, como a televisão e, mais tarde, a internet.

Em 1990, com a disseminação da internet, uma nova fase começa, é o que Ferraretto (2007) chama de fase *pós-industrial* (grifo do autor). A popularização da internet permitiu novas transformações, o rádio viveu outro momento de adaptação e reinvenção chamado de convergência tecnológica. Squirra (2005, p. 79) define o conceito como “[...] a chegada de um vasto cenário de instrumentos sobretudo digitais que desempenham - ou podem desempenhar - funções técnicas assemelhadas ou complementares.”.

Assim, a partir dessas novas formas e instrumentos de transmissão, a radiodifusão deixa de ter uma concepção singular e passa a ter uma concepção plural (FERRARETTO, 2007). Segundo o autor, nessa época, o rádio começa ser irradiado na TV por assinatura, via satélite ou antena parabólica em AM ou FM e por meio da internet. Isso propiciou o surgimento das web rádios, emissoras comunitárias de curtíssimo alcance e podcasts, essas novas mídias incorporam as função pós-massiva (LEMOS, 2007).

---

<sup>3</sup> O conceito de indústria cultural usado é o mesmo cunhado por Theodor Adorno e Marx Horkheimer (1985).

É nesse contexto, segundo Lemos (2007), marcado pela cibercultura<sup>4</sup> e pela Web 2.0<sup>5</sup>, que o rádio se recria com novas estratégias e funções pós-massivas, mas sem deixar que o rádio de funções massivas exista.

O mesmo autor esclarece que as mídias de função massiva são aquelas com um fluxo de informação centralizado, “[...] com o controle editorial do pólo da emissão, por grandes empresas em processo de competição entre si, já que são financiadas pela publicidade.” (LEMOS, 2007, p. 124). Elas são centralizadas geograficamente e dirigem-se à massa, pois é com o sucesso da massa que essas mídias mantêm as verbas publicitárias e garantem mais lucro (LEMOS, 2007). A massa é composta por pessoas que não se conhecem e não podem interagir entre si, nesse contexto, as mídias de função massiva têm um importante “[...] papel social e político na formação do público e da opinião pública na modernidade.” (LEMOS, 2007, p. 124).

Ainda segundo Lemos (2007), as mídias de função pós-massiva estão em redes que permitem não só a interação, mas também a produção e emissão de conteúdo por parte do público, seguindo fluxos comunicacionais bi-direcionais (todos-todos). Portanto, existem fora das empresas e conglomerados econômicos e não competem por verbas publicitárias. Por isso, essas mídias não procuram atingir o sucesso da massa, mas sim o nicho (LEMOS, 2007). Com isso, o produtor do conteúdo “pode dominar, em tese, todo o processo criativo, criando sua comunidade de usuários, estabelecendo vínculos abertos entre eles, neutralizando a intermediação e interagindo diretamente com um mercado de nichos” (LEMOS, 2007, p. 125).

No início dos anos 2000, a fim de garantir espaço entre as mídias de função pós-massiva, uma nova forma de rádio começa, o podcast (AVELAR; PRATA; MARTINS, 2018). Segundo esses autores, o termo surgiu do “[...] neologismo criado pela união das palavras pod (do tocador de MP3 da Apple, iPod) com cast, sinônimo

---

<sup>4</sup> A cibercultura é norteada por três leis: a liberação do pólo da emissão (o antigo “receptor” agora produz e emite a informação de forma livre, multimodal); o princípio de conexão em rede (essa emissão de conteúdo só faz sentido quando é compartilhada em rede e tem a possibilidade de integração e trocas); e a conseqüente reconfiguração sociocultural a partir de novas práticas produtivas e combinatórias (jornais começam a fazer uso de blogs, emissoras de rádio começam a usar podcasts) (LEMOS, 2007).

<sup>5</sup> Web 2.0 é a segunda geração de serviços e aplicativos da rede, soluções e avanços tecnológicos que possibilitam maior cooperação e interação no uso da internet. (BRESSAN, 2008, apud TOSIN; NEVES, 2018).

de transmissão, em inglês.” (AVELAR; PRATA; MARTINS, 2018, p. 1). O termo se desdobrou em outros conceitos como podcaster (pessoa que produz o podcast) e podcasting (ato de produzir o podcast).

De forma resumida, Bufarah Junior e Padilha (2020) definem podcast como “[...] conteúdo, normalmente em áudio, produzido e indexado sobre os mais diversos temas e disponibilizado na rede mundial de computadores.”. Já Luiz e Assis (2010) contribuem para a definição de podcast como um arquivo de áudio ou vídeo transmitido “[...] via internet para ser ouvido em um iPod ou outro aparelho que reproduza ou receba esse arquivo. [...] o podcast é tanto o arquivo de áudio ou vídeo transmitido via podcasting quanto o coletivo desses arquivos.” (LUIZ; ASSIS, 2010, p. 2). Ferraretto (2009, p. 7), por sua vez, considera o podcast como uma

[...] forma de difusão pela rede mundial de computadores de arquivos ou séries de arquivos, mesclando em sua denominação o nome comercial iPod, do tocador digital de gravações em MP3 fabricado pela Apple, com a expressão inglesa broadcasting.

Antes de voltar a pesquisa às características e funções do podcast atualmente, é importante pontuar que a existência de mídias de função pós-massiva, como ele, não impede a existência de mídias de função massiva, como o rádio tradicional, mas elas vivem em um contexto de grande tensão. Para Lemos (2007, p. 127), o resultado dessa junção

Trata-se efetivamente de «remediações» na esfera das mídias, mas também de reconfigurações de práticas sociais e de instituições (organizações, leis). Temos hoje o modelo de funções massivas da indústria cultural dos séculos XVIII a XX e o modelo de funções pós-massivas, caracterizado pelas mídias digitais, as redes telemáticas e os diversos processos «recombinantes» de conteúdo informacional emergentes a partir da década de 1970.

Na era de mídias de função massiva e pós-massiva, é possível observar esses dois tipos de mídia se relacionando. Um exemplo disso é que grupos de comunicação de médio e grande porte criam portais de conteúdo na internet para veicular e retrabalhar os conteúdos gerados pelos veículos tradicionais, seja na TV ou no rádio, e incorporá-los ao cotidiano do negócio (FERRARETTO, 2009).

Na era pós-massiva, não são apenas a fonte e o canal que se alteram, a mensagem e o receptor também passam por mudanças. A variedade de formas de

transmissão e produção proporciona a pluralidade também de temáticas, formatos e finalidades. Com isso, o público de cada emissora se torna cada vez mais específico. É nesse contexto que Ferraretto (2007, p. 3) constata o “[...] fim do rádio – pelo menos do rádio como se conhece hoje [...]” e surge o conceito de rádio expandido (KISCHINHEVSKY, 2016). Segundo esse último autor,

O rádio é hoje um meio de comunicação expandido, que extrapola as transmissões em ondas hertzianas e transborda para as mídias sociais, o celular, a TV por assinatura, sites de jornais, portais de música. A escuta se dá em frequência modulada (FM), ondas médias (AM), curtas e tropicais, mas também em telefones celulares, tocadores multimídia, computadores, notebooks, tablets; pode ocorrer ao vivo (no dial ou via streaming) ou sob demanda (podcasting ou através da busca em arquivos ou diretórios). Se o transistor já havia deslocado o rádio da sala de estar, empurrando-o para o quarto, a cozinha e as ruas, agora o rádio a pilha tem novos companheiros, que permitem não apenas a escuta em múltiplos ambientes e temporalidades, mas também a produção, a edição e a veiculação de áudios com agilidade crescente e muitas vezes sem fronteiras. (KISCHINHEVSKY, 2016, p. 13-14).

Fazendo um paralelo entre Lemos (2010) e Kischinhevsky (2016), podemos entender o podcast como uma mídia de funções pós-massivas e uma das formas que o rádio expandido pode ter. Uma característica apontada do Lemos (2010) das mídias de função pós-massiva, observada nos podcasts, é a maior interatividade entre o homem e a máquina. Essa resulta em dois aspectos do podcast que antes não eram vistos ou não havia a possibilidade de serem explorados pelo rádio de função massiva.

O primeiro aspecto, fruto dessa maior interatividade, é a forma de produção dos podcasts. Ela se expande territorialmente, é possível gravar em qualquer lugar, transmitindo ao vivo ou não. A veiculação via internet também propicia a expansão territorial aos ouvintes; agora, eles podem ouvir emissoras e produções de qualquer região do país ou do mundo.

O segundo aspecto é a interação com o ouvinte que passa a ter, agora passa a ser possível comentar na internet sobre o que é veiculado, dando sua opinião e até mesmo completando informações. Devido a essa proximidade e à hipersegmentação dos conteúdos, Ferraretto (2009, p. 13) diz que um “[...] emissor e receptor talvez não passem de um grupo de amigos conectados [...]”.

Além disso, passa a existir a possibilidade de ser receptor e emissor. Tosin e Neves (2018, p. 4) definem podcast como “[...] uma nova forma de radiodifusão sob demanda, no qual podem ser consumidos arquivos digitais de áudio, permitem a disseminação de conteúdos e alterando o método de comunicação, no qual receptores tornam-se ao mesmo tempo emissores.”. Essa interação só é possível com as novas tecnologias de função pós-massiva, e é por conta dessa possibilidade de ser ouvinte e também produtor que o podcast pode ser considerado uma mídia horizontal.

No cenário de rádio expandido, Kischinhevsky (2016) lembra o quanto a interação com o receptor está ligada aos elementos sonoros, mas também os elementos parassonoros, como imagens, banners, vídeos, fotos, infográficos, links, comentários, ilustrações, textos, mídias sociais das emissoras e até mesmo o botão de player dos tocadores.

Outro aspecto, que está relacionado ao primeiro, é o consumo. Assim como a produção passa a ser descentralizada, o consumo também transborda para outros espaços.

O rádio é hoje um meio de comunicação expandido, que extrapola as transmissões em ondas hertzianas e transborda para as mídias sociais, o celular, a TV por assinatura, sites de jornais, portais de música. A escuta se dá em frequência modulada (FM), ondas médias (AM), curtas e tropicais, mas também em telefones celulares, tocadores multimídia, computadores, notebooks, tablets; pode ocorrer ao vivo (no dial ou via streaming) ou sob demanda (podcasting ou através da busca em arquivos ou diretórios). Se o transistor já havia deslocado o rádio da sala de estar, empurrando-o para o quarto, a cozinha e as ruas, agora o rádio a pilha tem novos companheiros. (KISCHINHEVSKY, 2016. p. 13-14).

A Web 2.0 possibilita a descentralização da produção e consumo via internet, possibilitando consumir diversos tipos de conteúdos, ao vivo ou gravados, onde e quando o público quiser. Para Lemos (2010), é a possibilidade de mobilidade comunicacional o diferencial da atualidade. O levantamento de 2022 Inside Rádio realizado pelo Kantar IBOPE Media (2022) reafirma isso ao mostrar que 30% dos ouvintes estão no carro enquanto escutam rádio e 9% estão em trajeto, já a porcentagem de pessoas que ouvem rádio em casa caiu 9 pontos percentuais comparada à de 2021.

A nova configuração comunicacional permite produzir, emitir, circular e se mover ao mesmo tempo, mas também cria novas implicações sociais, estéticas,

comunicacionais e políticas planetárias (LEMOS, 2010). O autor explica a interferência da era pós-massiva e a cibercultura como uma

[...] nova configuração comunicacional, mais rica, já que nos oferece cada vez mais funções massivas e pós-massivas, vai causar uma crise e alguns impactos importantes para a configuração das novas relações sociais e comunicacionais (crise do copyright, 'jornalismo cidadão', software livres, trocas de arquivos em redes P2P, etc.). A cultura 'pós-massiva' das redes, em expansão, mostra os impactos socioculturais das tecnologias digitais em um território eletrônico móvel em crescimento planetário. A cibercultura instaura assim uma estrutura midiática ímpar (com funções massivas e pós-massiva) na história da humanidade, onde, pela primeira vez, qualquer indivíduo pode produzir e publicar informação em tempo real, sob diversos formatos e modulações, adicionar e colaborar em rede com outros, reconfigurando a indústria cultural. (LEMOS, 2010, p.159).

Tosin e Neves (2018, p. 9) resumem bem isso quando afirmam que

A internet favoreceu o rádio. Surgiram novas opções, como a chance de ouvir várias estações de rádio de qualquer local. Com o passar do tempo, a segmentação fez com que o ouvinte consiga escolher o gênero de seu interesse. Algo improvável na época em que a difusão só era por hertz. Na era digital o rádio faz parte do cotidiano das pessoas, o fato primordial é a evolução de dispositivos móveis e custo baixo para aquisição, que permitem mobilidade e opções infinitas de consumo: música, informativo, entretenimento, arquivos de áudio (podcasts).

Como apontam Tosin e Neves (2018), a maior interatividade entre homem e máquina e a mobilidade comunicacional irão impulsionar conteúdos hipersegmentados. Aumentam as possibilidades de produção e o público pode consumir os conteúdos onde e quando quiser, individual ou coletivamente, ao vivo ou gravado, e a demanda por conteúdos que atendam nichos específicos aumenta. O podcast consegue responder a isso por ser uma nova forma de produzir, difundir e consumir, através da internet, produtos radiofônicos diversificados, adaptados e sob demanda para atender aos gostos do ouvinte.

A pesquisa realizada pelo Kantar IBOPE Media (2022) mostra que assuntos não faltam. Os 12 assuntos mais comentados e procurados pelos ouvintes de podcasts são, respectivamente, Entrevistas, Humor, Política, Música, Notícias, Esportes, Religião e espiritualidade, Cinema, série e TV, Saúde e fitness, Ciências e

tecnologia, Games e Conteúdos de comunicadores de rádio e tv (INSIDE RÁDIO, 2022).

Devido à hipersegmentação que “[...] o podcasting começa a inaugurar novas formas de sociabilidade e a constituir toda uma rede de identificações culturais, valorizadas e prestigiadas pelos usuários.” (HERSCHMANN; KISCHINHEVSKY, 2009, p. 104).

Considerando a mobilidade comunicacional e a plataformização, em 2013, o podcast realmente ganha força entre o público e “[...] tal fato está diretamente ligado à conectividade de carros, a maior penetração de celulares e a associação do podcast às plataformas como Spotify, Deezer, Netflix e Hulu.” (AVELAR; PRATA; MARTINS, 2018, p. 10). Em entrevista para o pesquisador Marcelo Kischinhevsky, veiculada na Revista de Estudos em Mídia Sonora, o professor de rádio e podcasting na Universidade de Sunderland, Richard Berry, reafirma esse discurso pontuando que o podcast esteve à frente do seu tempo, pois exigia uso massivo da banda larga, internet móvel mais barata e smartphone (KISCHINHEVSKY, 2020). Talvez por isso, ainda em 2005, ocorreu o que Luiz e Assis (2010, p. 4) chamaram de “[...] ‘podfade’: o fim de vários podcasts no Brasil e no mundo [...]”.

Luiz e Assis (2010) apontam que uma das principais características dos podcasts é estar disponíveis publicamente na internet e facilmente acessíveis para que o ouvinte possa baixar e escutar os programas disponibilizados quando quiser. É verdade que, com o iPhone, iTunes, Spotify e Google, houve maior sustentabilidade do podcast. Entretanto, segundo o professor Richard Berry, plataformas como o Spotify estão tornando os conteúdos mais exclusivos e “[...] isso diminui alguns dos princípios abertos do podcasting [...]” (KISCHINHEVSKY, 2020, p. 204), como foi citado por Luiz e Assis (2010).

Como apresentado, o podcast não se resume a produções jornalísticas. A pesquisa Inside Rádio de 2022 (KANTAR IBOPE MÍDIA, 2022) mostra que, entre os assuntos mais procurados e comentados de podcasts, "Notícias" aparece em quinto lugar, sendo Entrevistas, Humor, Política e Música os primeiros colocados, respectivamente. Diante disso, e do entendimento de que o objeto dessa pesquisa, o “Amazônia Sem Lei”, é um podcast com conteúdo jornalístico, é essencial entender como essa nova forma de distribuição de conteúdo é utilizada pelo jornalismo atualmente, quais suas características e potencialidades.

Com a era pós-massiva e as novas formas de produção e consumo de conteúdo, houve mudanças radicais na estruturação dos conteúdos jornalísticos radiofônicos (BUFARAH JUNIOR; PADILHA, 2020). De acordo com os autores, diante dessas transformações, o podcast se destaca, ao conseguir segmentar o conteúdo em partes audíveis fora da programação das emissoras. Assim, as rádios tradicionais conseguem “[...] dar aos ouvintes a possibilidade de acompanhar o programa que foi veiculado sem que eles tenham ouvido no momento da transmissão, disponibilizando estes trechos de programas nos sites [...]” (BUFARAH JUNIOR, 2021, p. 3-4).

A disponibilização desses conteúdos via internet pode ser vista como uma forma de fidelizar o ouvinte, com a linguagem radiojornalística apresentando a narrativa pessoal dentro dos podcasts jornalísticos. Segundo o professor Eduardo Meditsch (1999) apud Bufarah Junior (2021, p. 2)

[...] a notícia no meio radiofônico não transmite apenas a realidade, mas cria a representação sobre ela, em que se manifestam não apenas o referencial de realidade, como também a subjetividade de seus produtores e a intersubjetividade de sua inserção social, idiossincrasias pessoais, valores e saberes profissionais, constrangimentos e orientações organizacionais, fixações espaço-temporais “rotinizadas”, condicionamentos técnicos e tecnológicos, injunções econômicas e políticas, e determinações históricas e culturais que estabelecem as possibilidades e os limites de abordagem da realidade operada pela rádio informativa.

Por essa característica da linguagem radiojornalística, uma das potencialidades apontadas para tais podcasts é a incorporação da narrativa pessoal. Lindgren (2020) afirma que podcasts com abordagens pessoais e subjetivas de narrações é uma tendência óbvia nos Estados Unidos. Segundo a autora, nesses podcasts,

Os apresentadores (que também podem ser chamados de repórteres ou jornalistas) usam um estilo informal e de conversação em seu estilo e tom de apresentação. Eles soam relaxados e pessoais – como pessoas reais, ou amigos se envolvendo em uma conversa conosco. (LIDGREN, 2020, p. 119).

Os dados do levantamento de 2022 Inside Rádio realizado pelo Kantar IBOPE Media (2022) reafirmam isso quando mostram que 43% da audiência

escutam rádio porque “faz companhia”, sendo esse o segundo motivo mais comentado; o terceiro é que as informações chegam de forma rápida pelo rádio e isso está ligado diretamente ao jornalismo.

A pandemia de COVID-19 (2020-2023), intensificou ainda mais as mudanças no cenário de consumo dos podcasts. Novas pessoas passaram a consumir o formato, estendendo-o dos smartphones para desktops, tablets e chromecasts (ARAÚJO; AMORIM, 2020).

Outro ponto que potencializa o uso de podcast pelo jornalismo é o baixo custo de produção, o que fez com que profissionais da radiodifusão começassem a produzir podcasts (BUFARAH JUNIOR; PADILHA, 2020). Segundo Luiz e Assis (2010, p. 6), para produzir um podcast, é necessário

[...] um computador equipado com um microfone, fones de ouvido e uma placa de áudio com capacidade de gravação e reprodução de sons. Para isso, basta que o usuário capture o áudio e crie um arquivo de som para ser disponibilizado na internet.

Segundo Bufarah Junior (2021), a não regulamentação do mercado de podcast permitiu que novos players entrassem no mercado do podcast e enxergassem novas oportunidades, diferentemente do que ocorre no mercado de radiodifusão. Luiz e Assis (2010), por sua vez, afirmam que os podcasts permitiram a produção de conteúdos e informações nichados que, muitas vezes, não tinham lugar na mídia tradicional. Como pontuado, essa característica foi fundamental para atender aos desejos dos ouvintes.

Apesar do que se apresentou sobre a participação do público de forma geral, Ferraretto (2019) enxerga alguns problemas quando essa participação do público se dá em produtos jornalísticos. Para ele, é possível que os conteúdos radiofônicos distorçam os conteúdos se a participação se resumir a bolhas ideológicas, “[...] exagerando na participação do público ou até mesmo na definição de pautas com base em timelines e trending topics de redes sociais.” (FERRARETTO, 2019, p. 164). Outro ponto abordado pelo autor é a participação dos ouvintes possa encobrir a redução na quantidade de postos de trabalho, pois

[...] antes produtores esforçavam-se para colocar autoridades, especialistas, protagonistas ou testemunhas ao microfone, agora – parece-me – o próprio comunicador interpreta a realidade para o

público e seleciona mensagens dos ouvintes referendando tal interpretação. Em outras palavras, trata-se de uma democracia algo fingida, com a possibilidade de exclusão de parte da audiência, aquela cuja posição tenha sido tornada minoritária nesse processo, e com o profissional ocupando o lugar das verdadeiras fontes. (FERRARETTO, 2019, p. 164).

É importante revisitar a história do rádio para entender o surgimento do objeto deste trabalho, o podcast. Sendo assim, para atingir resultados propostos, foi necessário se debruçar sobre os estudos sobre podcast a fim de entender as potencialidades, singularidades e desafios para sua produção. Assim como as características e as especificidades dos ouvintes.

Como apresentado, os ouvintes de podcast estão cada vez mais segmentados e procuram conteúdos especializados em assuntos do seu interesse. Essa pesquisa se debruçou sobre um produto jornalístico que trata do meio ambiente e, mais especificamente, dos conflitos na Amazônia. Assim, é necessário compreender os aspectos desse tipo de cobertura para uma análise profunda sobre o produto.

### 3 JORNALISMO AMBIENTAL

Nesta pesquisa, estudaremos um conteúdo em áudio que trata da temática ambiental sob viés jornalístico. Assim, é necessário entender como surgiu o jornalismo ambiental no país e quais são as especificidades desse tipo de cobertura.

No Brasil, o jornalismo ambiental surge atrelado ao jornalismo científico/especializado, que procurava atender a demanda dos leitores por conteúdos mais aprofundados e específicos sobre ciência, encontrado principalmente nas páginas das revistas ilustradas (MIGUEL, 2012).

Uma das primeiras e mais famosas reportagens que tratavam do tema foi a *Só faltou a onça* publicada por José Hamilton Ribeiro na revista Realidade<sup>6</sup>, em novembro de 1967. Segundo o próprio Hamilton Ribeiro (MARÃO; RIBEIRO, 2010, p. 103), essa reportagem, que retratava a caçada na região de Nova Mutum do Mato Grosso (MT), seria impossível de ser publicada hoje, pois é política e ecologicamente incorreta. Isso porque quando o jornalismo científico e ambiental nasce, ele pretende mostrar paisagens, natureza e aventura selvagem. Segundo Miguel (2012, p. 114), o meio ambiente, em seu conceito, " [...] foi por muito tempo reduzido exclusivamente a questões de fauna e flora, não concebendo a necessária interdependência com fatores sociais, culturais, políticos e econômicos. Quando se avalia a abordagem ambiental na mídia, a tendência não é diferente".

Para entender essa mudança de perspectiva, exemplificada por Hamilton Ribeiro, é necessário compreender a mudança de visão de mundo que surgiu a partir da emergência climática e a noção de finitude dos bens naturais que resultaram na insustentabilidade do modelo de desenvolvimento econômico, com isso cientistas de diversas áreas foram atrás de soluções. A partir daí o conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável passa a aparecer com mais frequência e relevância em diferentes discursos. Segundo Moraes e Fante (2018), o conceito de sustentabilidade vem da ruptura do Paradigma Moderno (PM) para o Paradigma Ecológico (PE).

---

<sup>6</sup> Revista mensal lançada em 1966 pela Editora Abril, circulou até março de 1976. Na época, inovou ao trazer grandes reportagens e fotojornalismo de alta qualidade.

De acordo com as autoras, o Paradigma Moderno analisa o ser humano e a sociedade em partes, o que colabora com uma visão mecanicista e fragmentada, cada qual é analisado em partes na busca da compreensão do todo. Isso mostra o caráter determinista, o pensamento linear e de causa-efeito do Paradigma Moderno que gera a simplificação da realidade. A fragmentação valoriza a neutralidade do método e do conhecimento científico, mostrando eles desvinculados das disputas sociais. Assim, a tecnologia e a ciência são utilizadas para demonstrar o domínio da natureza em função do processo. Dessa forma, a natureza e os outros seres são vistos como recurso dominado pelos seres humanos para a obtenção de riqueza e progresso (MORAES; FANTE, 2018).

As autoras explicam que com a emergência climática e ambiental, a visão do Paradigma Moderno, de progresso sem medidas, é invalidada e isso expõe a necessidade da busca por um novo meio de resolução dos problemas. A base para a nova forma de resolução dos problemas é o pensamento ecológico e a ecologia profunda que considera o universo em constante transformação e a necessidade da busca por harmonia nas relações entre homem e natureza, observando os limites da sustentabilidade e discutindo a maquinaria do consumismo (MORAES; FANTE, 2018).

O Paradigma Ecológico é a nova visão que busca a ruptura do Paradigma Moderno, mostrando a interdependência entre todos os sistemas, entre os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais, compreendendo o ser humano como parte da natureza. Com isso, as autoras entendem a inviabilidade da destruição da natureza uma vez que o ser humano é indivisível dela. Essa visão entende a sociedade a partir do todo, o que põe o observador fora da neutralidade, pois é influenciado pelos seus objetos (MORAES; FANTE, 2018).

A partir do Paradigma Ecológico pode-se construir o pensamento sustentável e o conceito de sustentabilidade. Com base na vertente teórica de Capra (2006), as autoras Moraes e Fante (2018) ligam esses pensamentos à responsabilidade social e ambiental; à noção de vida como uma unidade interdependente em suas relações, transformações, ciclos e mudanças. Também estão pautados na busca pelo respeito às diversidades culturais. Ou seja, há uma responsabilidade na tomada de decisões e nos caminhos dessas decisões, e é essa nova consciência, racionalidade e valores que se tornará a forma de domínio da natureza.

É também a partir do entendimento dos conceitos de meio ambiente e sustentabilidade que se desdobra o que é o Jornalismo Ambiental. Segundo Bueno (2007), Jornalismo Ambiental é, antes de tudo, jornalismo e tem compromisso com o interesse público, com a democratização do conhecimento, com a ampliação do debate. Portanto, não pode legitimar os poderes e privilégios de certos grupos sociais.

Para que essa legitimação não ocorra na produção de suas pautas, é necessário que o jornalista ambiental tenha clareza sobre as diferenças entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Segundo Moraes e Fante (2018, p. 60), o desenvolvimento sustentável engloba “[...] não apenas aspectos econômicos, mas também sociais e ambientais.”. Com isso, as autoras entendem o desenvolvimento sustentável “[...] como forma de aproveitamento melhorado dos ‘recursos naturais’ fundamenta-se na confiança na ciência e na tecnologia para o resgate de um equilíbrio ambiental, porém, dentro do sistema industrial.” (MORAES; FANTE, 2018, p. 61). Entretanto, as autoras defendem que esse modelo ainda não conseguiu superar a crise ecológica, nem atingir um crescimento social e humano, apesar de existirem décadas de crescimento econômico. Portanto, elas concluem que “[...] a distribuição desigual dos bens oriundos do progresso é encoberta por uma ideia generalista de desenvolvimento sustentável.” (MORAES; FANTE, 2018, p. 61).

É esse conceito generalista de desenvolvimento sustentável que circula no ambiente empresarial, e também é visto por Bueno (2009) na mídia que vem usando o conceito de desenvolvimento sustentável que integrado ao marketing verde ou ecopropaganda<sup>7</sup>. O autor chama isso de *síndrome das indulgências verdes* sendo uma das crises pelas quais o jornalismo ambiental está passando (grifo do autor). Nesse contexto, as empresas, principalmente as que mais usam os recursos naturais, usam o marketing verde para limpar sua imagem e propor soluções cosméticas para a crise climática (BUENO, 2009).

Por isso, é tão importante que o jornalismo ambiental entenda os conceitos de sustentabilidade e produção sustentável, pois “associar desenvolvimento a indicadores que expressam, sobretudo crescimento econômico (PIB, produtividade

---

<sup>7</sup> Segundo Bueno (2009), marketing verde ou ecopropaganda é uma estratégia comunicacional usada por empresas que causam prejuízo ao meio ambiente para promover a “limpeza de imagem” e propor soluções insuficientes para a crise ambiental, como o plantio de árvores para neutralizar as emissões de carbono.

etc.) significa incorrer em um equívoco imenso porque, na prática, implica assumir apenas a sua vertente econômica.” (BUENO, 2009, p. 115). Com isso, “esta aceção ignora o impacto do desenvolvimento econômico nas comunidades, nas relações de trabalho, no meio ambiente, buscando, quando muito, entendê-lo como um problema de gestão empresarial.” (BUENO, 2009, p. 116).

Assim, tendo clareza desses conceitos, cabe ao jornalismo desvincular a sustentabilidade, que traz mudanças radicais na forma que o ser humano se vê dentro do ecossistema planetário, do ambientalismo superficial, que utiliza da gestão do meio ambiente em benefício do ser humano, e problematizar o conceito de desenvolvimento sustentável, usado pelas empresas, durante a apuração e desenvolvimento de pautas (CAPRA, 2006, apud MORAES; FANTE, 2018). Dentro dessa discussão Moraes e Fante (2018) afirmam que

[...] a sustentabilidade como um conceito em disputa em razão da polissemia do termo, utilizado na economia, na política, na administração, enfim, em variados setores sociais, e pelo uso manipulador das grandes corporações, que se referem à sustentabilidade dos seus mercados e induzem a população a pensar que não causam poluição e devastação, ou que a controlam através de tecnologias ditas sustentáveis. É urgente contribuir para esta desmistificação. (MORAES; FANTE, 2018, p. 62).

Também cabe diferenciar Jornalismo Ambiental de Comunicação Ambiental. Bueno (2007) aponta a Comunicação Ambiental como o conjunto de ações, estratégias, produtos, planos e esforços de comunicação destinados a promover a divulgação/promoção da causa ambiental. Ainda segundo o autor, o Jornalismo Ambiental é uma instância importante da Comunicação Ambiental mas que diz respeito exclusivamente às manifestações e sistemas de produção jornalísticos.

Como o PE entende a interdependência entre todos os sistemas, cabe ao Jornalismo Ambiental estar ligado à diversidade e ao pluralismo, é necessário enxergar a questão ambiental a partir de um cenário mais abrangente que questiona a neutralidade da ciência e da tecnologia. Dessa forma, busca trazer o “[...] diálogo entre o catedrático e o pescador, entre o agrônomo e o trabalhador rural, o mateiro e o biólogo e não deve estigmatizar a sabedoria dos pajés.” (BUENO, 2007, p. 36). Com isso, o jornalismo ambiental não deve se limitar aos discursos dos pesquisadores e cientistas e deve incluir o povo da floresta, o agricultor familiar e o cidadão da rua (BUENO, 2007).

Vale lembrar que existe uma dificuldade em abordar questões tão abrangentes quanto a temática ambiental, “[...] por conta da indefinição do objeto, sua complexidade e interdisciplinaridade, que envolvem organizações, cientistas, comunidades locais, movimentos sociais e aspectos políticos, econômicos e sociais.” (MIGUEL, 2012, p. 129).

No momento da produção jornalística, é necessário que o texto mostre não só o problema, mas também as causas e consequências, e as soluções possíveis (BELMONTE, 2017). “Diante dos crescentes desafios socioambientais, o jornalista ambiental trabalha comprometido com a promoção da qualidade de vida planetária. A partir de uma diversidade de fontes, olha além das consequências, em busca das causas e soluções dos problemas ambientais.” (BELMONTE, 2017, p. 119)

Nesse sentido, e de certa forma por estar atrelado ao Jornalismo de Soluções<sup>8</sup>, o jornalismo ambiental só faz sentido quando inclui toda a sociedade no debate. Isso possibilita a participação no processo de tomada de decisões, pois muitas vezes procura soluções simples, de dimensão local que tem a ver com o dia-a-dia das pessoas (BUENO, 2007).

Segundo Moraes e Fante (2018), é compreendendo as questões relacionadas à diversidade cultural, às interdisciplinares em Ecologia, à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável que o jornalismo será capaz de contribuir para o debate público e para a participação das pessoas nas decisões. Assim, o jornalismo trará um levantamento mais profundo que percebe também as contradições de políticas públicas.

Diante dessa multi e interdisciplinaridade, o jornalismo ambiental deve extrapolar “[...] os limites dos cadernos e das editorias, porque a fragmentação imposta pelo sistema de produção jornalística fragiliza a cobertura de temas ambientais” (BUENO, 2007, p. 36). Segundo o autor, esse tipo de jornalismo precisa ir além do jornalismo científico tradicional, não pode ser confundido como jornalismo econômico e não deve se apoiar no jornalismo cultural. O pesquisador ainda acrescenta que o jornalismo ambiental precisa construir sua própria forma, mas que compartilha um pouco das características de todos os jornalismo.

---

<sup>8</sup> Segundo Loose (2019), o jornalismo de soluções ou jornalismo construtivo está pautado na promoção de relatos mais abrangentes e contextualizados, que trazem as soluções e não somente nos problemas da sociedade.

Segundo Moraes e Fante (2018) foi a partir do relatório de pesquisa do Clube de Roma, intitulado Limites do Crescimento<sup>9</sup>, lançado em 1972, que a atuação de ecologistas, ativistas e movimentos ambientalistas, preservacionistas e a destruição das comunidades humanas e de ecossistemas ganharam mais visibilidade pública e na mídia. Belmonte (2017) aponta que a partir daí que o ambientalismo começou a aparecer nas páginas das revistas e jornais. Mas começa a ganhar força de fato a partir da década de 1980, sem se configurar como uma área própria dentro do jornalismo e sim uma ramificação do jornalismo científico.

Atualmente, há jornalistas que ainda consideram o jornalismo ambiental como uma subárea do jornalismo científico. Entretanto, Belmonte (2017) defende que a separação entre essas especificações do jornalismo se deu entre 1989 e 1992 devido a dois eventos. O primeiro foi o Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e o segundo foi a Conferência Rio 92<sup>10</sup>.

Para Belmonte (2017), o que diferencia o jornalismo ambiental é a presença do ativismo ecológico. Segundo o autor,

Assim como o Jornalismo não espelha a realidade, mas participa do processo intersubjetivo de construção social da realidade, comunicação não é transmissão, mas interação. Assumir essa perspectiva interacionista tem consequências. A principal delas, do ponto de vista do jornalismo ambiental como profissionalismo engajado, é reconhecer que não basta divulgar um texto transversal, bem elaborado, com diversidade de fontes. Esse texto, ou informação, só vai gerar ação se o seu sentido for construído em parceria com outros setores da sociedade. Para surgir, o jornalismo ambiental precisa de ativismo ecológico. Dificilmente ele brota do nada. Também precisa de parcerias para fazer sentido e contribuir com alguma mudança social. (BELMONTE, 2017, p. 112).

Tal assertiva dialoga de certa maneira com as considerações de Bueno (2007) ao defender que o jornalismo ambiental deve estar política e socialmente engajado, é consciente, capacitado e militante e não pode se comprometer com a isenção “[...] porque participa de um jogo amplo (e nada limpo) de interesses. Não deve admitir-se utópico porque fundado na realidade concreta, na luta pela

---

<sup>9</sup> O Clube de Roma era formado por grandes empresários, políticos e pesquisadores representantes de vários países majoritariamente política e econômica dominante.

<sup>10</sup> Realizada em 1992 no Rio de Janeiro foi a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

qualidade do solo, do ar, da água, da vida enfim” (BUENO, 2007, p. 36). Também deve ser visto além de uma atividade remunerada e produtiva, pois tem um compromisso que se estende além da jornada de trabalho. Segundo, Bueno (2007, p. 36) só assim o jornalismo será capaz de “[...] resistir às investidas e pressões de governos, empresas e até de universidades e institutos de pesquisa, muitos deles patrocinados ou reféns dos grandes interesses.”.

Apesar disso, é comum vermos matérias que se limitam a publicação de releases e que trazem a fauna, a flora e o ecoexótico sem se preocupar com disputas ambientais que ocorrem na mesma região noticiada. O que é especialmente interessante no Brasil por se tratar do país com maior número de assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente da última década, segundo o relatório *Década de resistência: Dez anos informando sobre o ativismo pela terra e pelo o meio ambiente ao redor do mundo* publicado em setembro de 2022 pela organização não governamental internacional *Global Witness*. Esse relatório ainda mostra que, em 2022, o Brasil ocupou a 3º posição entre os países que mais assassinaram ativistas, sendo que 78% dos ataques ocorreram na Amazônia.

De acordo com o levantamento, essas mortes derivam da disputa por direitos à terra e à floresta, especialmente na Amazônia, o qual é a principal fronteira da luta pelos direitos indígenas e ambientais. Camana (2018) ainda acrescenta que os assassinatos vêm também da disputa pelo próprio modo de viver nesta terra. É por isso que a autora defende que o Jornalismo Ambiental inclua “[...] esforços de reportagem, trabalho de investigação, cobertura de disputas – não cabe a ele só pautas frias de fauna e flora, como informam as práticas correntes associadas a este tipo de especialidade.” (CAMANA, 2018, p. 126-127).

Mas antes de discorrer acerca da cobertura jornalística sobre conflitos ambientais no Brasil, é preciso saber como se definem tais conflitos. Apesar de não haver apenas uma forma de entender o que é conflito ambiental, nesse estudo vamos nos apoiar nos conceitos de Acselrad (2010) e Fleury (2013) apud Camana (2018) para compreender o conflito ambiental

[...] como uma disputa de grupos distintos por recursos de determinado território; entretanto, tais grupos nem sempre têm a mesma apreensão simbólica daquele lugar. Ou seja, o conflito ambiental se constitui como uma relação de poder envolvida pela apropriação de algo material e/ou simbólico. Uma outra via de interpretação, cujas referências do que é o ambiente (e, por

consequente, a sociedade e a política) são bastante distintas, vem sendo explorada, dentre outros autores, por Fleury (2013), que observa a necessidade de se considerarem distintos mundos e perspectivas quando de determinados conflitos. (CAMANA, 2018, p. 128-129).

A autora entende que a linha em comum dos conceitos de conflito ambiental é as disputas entre diferentes compreensões do mundo, essas criam variados discursos e se movimentam em luta de recursos materiais e simbólicos. Outra similaridade apontada no texto é que independente da abordagem o jornalismo aparece produzindo (ou não) um conflito ambiental ao mesmo tempo que noticia tais conflitos.

Ainda sobre conflitos ambientais, Camana (2018) considera a noção de *(in)justiça ambiental*<sup>11</sup> atrelada aos entendimentos sobre os conflitos, é nos momentos de conflitos que é possível observar que os problemas “sociais” e “ambientais” afetam os mesmos sujeitos, a autora conclui que a desigualdade e a exploração da natureza tem a mesma origem. Dessa forma, a cobertura jornalística sobre conflitos ambientais se torna ainda mais importante uma vez que “[...] a defesa da cidadania e dos direitos fundamentais, em especial de minorias, está prevista no código de ética da profissão.” (CAMANA, 2018, p. 129) e a denúncia por parte do jornalismo pode contribuir para o fim do autoritarismo e da opressão.

Sobre a cobertura desses conflitos no Brasil, Camana (2018) considera que conflitos emergentes, como o vazamento da barragem da mineradora Samarco, em Mariana (Minas Gerais), seja pela magnitude ou pelas controvérsias, recebem mais atenção do jornalismo. Também pontua o alcance da mídia em cobrir conflitos resultado da implantação de grandes projetos de “desenvolvimento”, por exemplo, da usina de Belo Monte no Pará. Segundo Bueno (2007), essa espetacularização de tragédias ambientais é a quinta crise pela qual o jornalismo ambiental está

---

<sup>11</sup> Segundo Acselrad (2010), a relação entre meio ambiente e justiça social ganha força com a Conferência da ONU em 1992, realizada no Rio de Janeiro. Com isso, começam a entender que muitas vezes as pautas ambientalistas também eram do ativismo sindical, do movimento dos trabalhadores rurais sem terra, dos atingidos por barragens, dos movimentos comunitários das periferias das cidades, dos seringueiros, dos extrativistas e do movimento indígena. Assim, a “noção de ‘justiça ambiental’ exprime um movimento de ressignificação da questão ambiental. Ela resulta de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social” (ACSELRAD, 2010. p. 108). O autor aponta que a ressignificação está associada a uma reestruturação das arenas onde se dão os embates sociais em função do futuro, pois a questão ambiental agora aparece cada vez mais no centro dessas discussões e ligada às tradicionais questões sociais do emprego e da renda.

passando, chamada de *síndrome da baleia encalhada* (grifo do autor). Essa síndrome faz com que a cobertura seja paralisante, pois vê a questão ambiental separada de suas causas e causadores.

Contudo, de acordo com Camana (2018), no que diz respeito à cobertura de conflitos de menor magnitude, o jornalismo falha, a autora exemplifica com os casos de disputa na e pela Amazônia e dos confrontos fundiários encontrados em todo o Brasil. Nesse tipo de cobertura, Camana (2018) defende que o jornalismo se fecha em escutar os governos, os consórcios de construtoras, os cientistas e os pesquisadores, deixando de lado os sujeitos que enfrentarão diretamente os efeitos daquela construção e que de fato conhecem aquele rio ou região.

O destaque que é dado a essas fontes é apontado por Bueno (2007) como duas das crises da cobertura jornalística ambiental. A primeira crise é a *síndrome do muro alto* que diz respeito à supervalorização de fontes com a vertente técnica desvinculando-a das demais vertentes econômica, política e sociocultural (grifo do autor). “Ela respalda o discurso das elites e busca excluir os cidadãos comuns e mesmo determinados segmentos da sociedade civil do processo de tomada de decisões, defendendo a competência técnica como critério exclusivo de autoridade.” (BUENO, 2007, p. 37). Segundo o autor, a segunda síndrome é a *lattelização das fontes*, que reduz as fontes àqueles com currículo acadêmico e produtores de conhecimento especializado que, muitas vezes, tem um olhar enviesado (grifo do autor). Em seu levantamento, Bueno (2007) mostra que dos 50 artigos escritos publicados pelos 9 veículos estudados apenas um deles deu voz aos sujeitos. Dessa forma, o jornalismo está excluindo os sujeitos da possibilidade de participar do processo de tomada de decisão.

Segundo Miguel (2012), foi em 2007 que ocorreu o “boom” da preocupação ambiental, abrindo mais espaço nos jornais para a cobertura ambiental. Apesar disso, o jornalismo ambiental ainda enfrenta questões dentro das próprias redações. Belmonte ilustra isso apontando algumas casos

[...] raros eram (e ainda são) os veículos com uma seção ambiental fixa e uma equipe dedicada ao tema. No entendimento de Ricardo Arnt (1994), o meio ambiente era discriminado pelo jornalismo brasileiro. Ele relatou ter sentido esse preconceito no Jornal do Brasil, na Rede Globo e na Folha de S. Paulo. Na época, primeira metade dos anos 1990, ele percebia que os jornalistas que cobriam assuntos ambientais eram pessoas mal vistas [...] A principal

dificuldade para tratar dos temas ambientais no Brasil, no entendimento de Ricardo Arnt (1994), era a presença entre os proprietários e editores dos principais veículos jornalísticos de uma ideologia pró-modernização de qualquer maneira. (BELMONTE, 2017, p. 115).

Desde seu surgimento, ainda que atrelado à cobertura científica, o jornalismo ambiental é tido como um jornalismo especializado e isso dá outras características a ele. Por exemplo, o jornalista precisa estar em constante aprendizado e atualização. Além de ter uma visão transdisciplinar integrando áreas como ciência, política, economia, sociologia e saúde pública (BELMONTE, 2017). Entretanto, essas características não dão à cobertura ambiental o privilégio de escrever para um público especializado, pois deve ser feito para um público leigo uma vez que são eles os principais atingidos pelos efeitos da crise ecológica e que vão sentir as mudanças no seu dia-a-dia (BUENO, 2007). Apesar disso, é claro que a linguagem e o discurso devem ser condicionados pelo público do veículo, assim como a utilização mais ou menos intensiva de termos técnicos, o uso maior ou menor da redundância como recurso para auxiliar na retenção de informações ou conceitos e assim por diante (BUENO, 2009).

Outro ponto que Belmonte (2017) toca em sua pesquisa é a potencialidade de técnicas contemporâneas de apuração para a produção de pautas ambientais, como as do jornalismo guiado por dados (JGD). De acordo com Träsel (2018), o jornalismo guiado por dados utiliza a base de dados como principal fonte para as notícias, as técnicas que envolvem esse jornalismo são reportagem assistida por computador (RAC), visualização de dados, infografia, criação e manutenção de bases de dados e a política de acesso à informação e transparência pública de governos. O processo do jornalismo guiado por dados ajuda na produção de pautas relacionadas ao desmatamento, à pecuária, à ocupação da terra, à poluição dos rios, mares e do ar. Com a aprovação da legislação de acesso à informação pública no Brasil, não é necessário que o jornalista cultive fontes no poder público o que dificultava o acesso aos mesmos dados (TRÄSEL, 2018).

Quando falamos em cobertura ambiental, principalmente no Brasil, não podemos ignorar as inúmeras pautas possíveis sobre a Amazônia. A região Amazônica é um dos lugares com maiores e mais diversificados biomas do planeta

(VICENTINI, 2021), por isso é considerado uma possibilidade na geração de riqueza. Isso faz dela um local cobiçado seja biológica ou politicamente.

Por muitos anos, a Amazônia foi vista como uma região intocada e desconhecida que precisava ser dominada em função do desenvolvimento e da preservação do território nacional. Foi a partir desse pensamento que a visão de um local intacto tem sido destruída pelo desmatamento, degradação dos recursos naturais, violência e conflitos sociais resultados da forte ocupação dos últimos anos. Entretanto, é necessário entender que a Amazônia sempre foi o espaço das comunidades tradicionais e povos indígenas com uma cultura e costumes milenares e, mais tarde, se tornou casa também das comunidades ribeirinhas e rurais. Em função desse cenário, há uma disputa discursiva “[...] quanto às suas possibilidades de geração de riquezas, devido à abundância de recursos naturais e de mitigação para as causas e consequências das mudanças climáticas.” (ÂNGELO, 2019, p. 2).

É diante desse cenário de disputas discursivas entre povos tradicionais, cientistas, governos e empresas que o jornalismo precisa se portar como o interlocutor entre as temáticas ambientais e a sociedade. Neste contexto, Ângelo (2019, p. 2) afirma que o jornalismo tem o compromisso com a “[...] transversalidade entre vários campos do saber e a sociedade. Ele deve se colocar não só no sentido de ‘dar a conhecer’, mas, antes, como um convite a um espaço crítico de reflexão que atua para fortalecer a cidadania e a participação social.”.

Para esse estudo, foi essencial entender e mapear as especificidades da cobertura ambiental no Brasil. Pois assim, o objeto será analisado a fim de compreender quais características do jornalismo ambiental estão presentes no produto e como elas se apresentam. Também foi importante revisitar a história e compreender as características do rádio digital e o podcast no Brasil para reconhecer como aparecem no podcast “Amazônia Sem Lei”. São essas análises e descrições que veremos a seguir.

## **4 O PODCAST “AMAZÔNIA SEM LEI”**

Neste capítulo será abordado com mais aprofundamento o objeto de estudo dessa pesquisa, assim como o veículo pelo qual o conteúdo foi publicado. Além disso, haverá a apresentação da metodologia de pesquisa escolhida para a análise. Por fim, há um tópico que traz a análise em si do objeto e o diálogo com os autores citados até aqui.

### **4.1 Agência Pública, Amazônia Sem Lei e O cerco aos isolados Yanomami**

Este trabalho procura analisar o quarto episódio da série de reportagens em áudio intitulada “Amazônia Sem Lei” que foi produzida pelos repórteres da Agência Pública. Por isso, trata-se de uma pesquisa aplicada e descritiva, pois pretende analisar, elencar, classificar e interpretar os acontecimentos sem inferir de qualquer forma sobre eles. Já em relação a sua natureza, essa pesquisa é qualitativa.

Para atingir os objetivos propostos foi realizado um levantamento documental para observar e descrever um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real. Dessa forma, optou-se pelo procedimento documental como método e como técnica, focando em um material que não teve tratamento analítico. Moreira (2005, p. 272) explica que é possível utilizar o procedimento documental como método “porque pressupõe o ângulo escolhido como base de uma investigação. Técnica porque é um recurso que complementa outras formas de obtenção de dados”, como é o caso deste trabalho.

Ainda para responder aos questionamentos levantados por esse estudo, a pesquisa foi dividida em duas partes, sendo a primeira uma revisão bibliográfica por meio de anais de congressos, revistas científicas e repositório de universidades que buscou compreender o radiojornalismo, podcast e a cobertura ambiental no Brasil. Considerando o objeto da investigação, a segunda parte foi a análise em si do objeto, por meio do levantamento de dados propiciado por uma análise de conteúdo que buscou responder às questões deste trabalho. Para a análise, foi selecionado o quarto episódio publicado pela Agência Pública no podcast Amazônia Sem Lei.

A Pública é uma agência brasileira de jornalismo investigativo sem fins lucrativos que foi fundada em 2011. Suas pautas investigam a administração

pública, os impactos sociais e ambientais de empresas, o Poder Judiciário e a violência contra populações vulneráveis na cidade e no campo.

A opção por pesquisar uma produção da Agência Pública vem do destaque que o veículo dá à cobertura ambiental. Em um momento de mudanças nas redações tradicionais, com corte de gastos e de pessoal, as reportagens em profundidade sobre meio ambiente aparecem cada vez menos. Contudo, a Pública aparece, em contrapartida, a esse cenário, como pontua Belmonte (2017, p. 120), “a temática ambiental ganha destaque em novos projetos jornalísticos, como os da Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo- Pública, do Repórter Brasil e da Nexo”.

O podcast “Amazônia Sem Lei” faz parte de uma série de reportagens especiais com mesmo nome, disponibilizada em diversos formatos produzida pelos repórteres da Agência Pública que investiga a violência relacionada à regularização fundiária, demarcação de terras e reforma agrária na Amazônia Legal e no Cerrado.

Os episódios do podcast trazem os mesmos assuntos publicados nas reportagens do site e são conduzidos pelas vozes dos jornalistas Clarissa Levy e Ricardo Terto, o podcast é narrativo e se propõe a contar histórias sobre o que está em jogo na Amazônia agora, indo além do que aparece nas manchetes. A primeira e única temporada foi publicada entre 25 de junho de 2021 e 28 de abril de 2022, tem dez episódios com duração média de 22 minutos cada. Eles estão disponíveis nas principais plataformas de streaming como *Spotify*, *Deezer*, *Google Podcasts*, *Speaker*, *Apple Podcasts* e *Castbox*, além de estarem disponíveis para os ouvintes no site da Agência Pública.

No universo dos dez episódios, esse trabalho optou por analisar o quadro publicado, intitulado “O cerco aos isolados Yanomami”, que retrata como os Yanomami tentam sobreviver acossados pelo garimpo de ouro e foi publicado em 1 de outubro de 2021 com 23 minutos e 33 segundos de duração. Esse episódio conversa com Thiago Domenici, repórter que apurou a aproximação do garimpo aos povos Moxihatëtêma da terra Yanomami e com o repórter Rafael Oliveira que investigou mortes por desnutrição infantil na terra indígena Yanomami.

A escolha desse episódio entre os dez disponíveis se dá pelo alcance que o caso dos Yanomami teve em janeiro de 2023. Quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (recentemente empossado) instituiu o comitê de coordenação nacional para enfrentamento à desassistência sanitária das populações em território Yanomami

(BRASIL, 2023a) e a ministra da saúde, Nísia Trindade Lima, declarou emergência em saúde pública de importância nacional (ESPIN) em decorrência de desassistência à população Yanomami (BRASIL, 2023b). O caso ganhou mais notoriedade, inclusive internacional, no dia seguintes às publicações, quando o presidente Lula acompanhado pelas ministras Sonia Guajajara (Povos Indígenas) e Nísia Trindade (Saúde) visitaram a Casa de Saúde Indígena Yanomami (CASAI Yanomami) em Roraima.

Assim, esse estudo se debruçou sobre o episódio “O cerco aos isolados Yanomami” do podcast “Amazônia Sem Lei” da Agência Pública buscando entender quais as fontes consultadas; quais os atores sociais presentes; quais as especificidades da cobertura ambiental presente do objeto; evidenciar como trazer a perspectiva do jornalista na narrativa auxilia o ouvinte a entender mais sobre a produção jornalística.

#### **4.2 Análise de Conteúdo como metodologia**

Como já pontuado, para a realização da pesquisa será aplicada a análise de conteúdo, técnica de análise de dados qualitativos explorada por Bardin (1977) que tem como característica descrever e interpretar o conteúdo a fim de compreender o significado da mensagem indo além da interpretação resultado de uma leitura comum.

Bardin (1977, p. 42) resume o conceito de análise de conteúdo como

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Essa técnica de pesquisa divide o estudo em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A pré-análise consiste na leitura flutuante e organização do material a ser estudado a fim de operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais. Assim, após a etapa de pré-análise e com base nos objetivos desta pesquisa foi possível determinar as categorias de análise, a saber:

a) atores sociais; b) fontes; c) linguagem; d) protagonismo do jornalista na narrativa. Sendo assim, o episódio será analisado buscando mapear:

- a) Atores sociais: as pessoas ou grupos sociais citados e os lugares sociais que elas ocupam.
- b) Fontes: pessoas, pesquisas e documentos consultados pelos jornalistas.
- c) Adjetivação: adjetivos usados pelos jornalistas apresentadores e a quem se referem.
- d) Protagonismo do jornalista na narrativa: como o processo de apuração aparece e como o jornalista aparece como sujeito que é parte do contexto numa perspectiva de paradigma voltado às questões ambientais.

Nessa etapa também são formuladas hipóteses para serem confirmadas ou invalidadas ao longo da pesquisa. Para esse estudo foi formulada a hipótese de que o podcast Amazônia Sem Lei incorpora características do Paradigma Ecológico no jornalismo ambiental.

A partir disso, a pesquisa partiu para a etapa de exploração do material. Essa etapa consiste em organizar os dados brutos do conteúdo a fim de descrever as características pertinentes do conteúdo. Para isso, ocorreu a codificação do objeto com base nas categorias supracitadas, as classificações levantadas foram expostas em tabelas para a facilitação da análise e comparação do material e a frequência com que as características aparecem. Com a codificação do material, foram separadas as palavras, citações, frases e parágrafos que mais interessam para a pesquisa.

Após a categorização e divisão do material, o estudo partiu para a última etapa de compreensão do material apresentado e tratamento do resultado. Nessa etapa, o material codificado é analisado para que seja feita uma comparação entre os dados coletados. Assim, a partir dos conteúdos levantados na revisão bibliográfica será possível chegar a um resultado sobre a cobertura ambiental no determinado episódio do podcast “Amazônia Sem Lei”.

Para além dos operadores metodológicos indicados, pretende-se também colaborar com a identificação de características do radiojornalismo no contexto ambiente digital, bem como particularidades do Jornalismo Especializado na

temática do Meio Ambiente. Para isso, terá como base a revisão bibliográfica levantada pela pesquisa.

#### 4.3 Dados e análises

Posteriormente à etapa de pré-análise, por meio da qual foi possível traçar as categorias de análise e a hipótese deste estudo, iniciou-se a etapa de exploração do material. A fim de responder à principal questão deste trabalho, a codificação do material foi exposta no Quadro 1, seguindo as categorias já definidas, e separadas pelo tempo do episódio, é possível observar isso na coluna “Minutagem”. Para auxiliar na visualização dos principais dados coletados, algumas partes da descrição do áudio foram suprimidas, entretanto, é possível conferir o quadro integralmente no Apêndice A.

Foram analisados os atores sociais citados pelos jornalistas apresentadores, ou seja, as pessoas ou os grupos sociais organizados e ainda instituições com relevância social, assim para facilitar a visualização, os atores sociais identificados foram colocados em *itálico*. Além disso, procurou mapear os adjetivos utilizados pelos jornalistas apresentadores que se referiram aos indígenas, ao território indígena e aos garimpeiros ou ao garimpo, uma vez que os garimpeiros e os indígenas são os principais atores do caso mencionado. Dessa forma, foi possível identificar o posicionamento do veículo em relação ao caso exposto. Assim como no caso dos atores sociais, os adjetivos usados foram destacados em **negrito** para facilitar a identificação do contexto no qual foi utilizado.

Quadro 1 — Episódio quatro do podcast “Amazônia Sem Lei”.

| 4   O cerco aos isolados Yanomami <sup>12</sup> |  |                      |
|---|--|----------------------|
| Minutagem                                       | Descrição do áudio   | Chapéu <sup>13</sup> |
| 0'00"   | Esse episódio começa com um avião. Um avião pequeno, desses com poucos lugares, tipo quatro acentos mais o piloto. Um avião que decolou de uma base da <i>FUNAI, a Fundação Nacional do Índio</i> . Depois de poucos minutos de voo, o aviãozinho começa a sobrevoar a maior terra indígena do país, a área dos <i>Yanomami</i> , lá em Roraima. O dia está limpo e o avião avança sobrevoando o tapete verde-escuro de floresta | Atores Sociais       |

<sup>12</sup> Descrição do episódio: Ouro, fome e povos indígenas ameaçados. O que acontece (e o que ainda pode acontecer) quando o garimpo ilegal cresce dentro da maior terra indígena do Brasil (O CERCO... 2021).

<sup>13</sup> Termo utilizado no jornalismo para as palavras que definem o assunto da matéria.

|                |   |   |
|----------------|---|---|
| 0'50"          | amazônica, dentro vão <i>técnicos da FUNAI</i> com máquinas fotográficas e pranchetas de anotação, eles estão em um sobrevoo de monitoramento.  |   |
| 0'51"<br>1'19  | De tempos em tempos a <i>equipe da FUNAI</i> sobrevoa territórios indígenas. Nesse dia, 19 de fevereiro de 2020, estão avançando rápido sobre território Yanomami em direção ao centro, querem chegar no coração da terra indígena na área onde fica a Serra da Estrutura e na calha do rio Catrimani. Estão indo para observar o único grupo de indígenas <b>isolados</b> confirmado no imenso território indígena.  | Atores Sociais<br>Adjetivação           |
| 1'20"<br>2'08" | [...] Não tem contato, nem mesmo, com os outros <i>Yanomami</i> que vivem na terra indígena. No Brasil, existem pelo menos 100 grupos de indígenas <b>isolados</b> , povos que escolheram e escolhem ainda hoje, em 2021, não ter contato com a sociedade nacional. No ano passado, os <i>técnicos da FUNAI</i> foram sobrevoar esse pedaço do território Yanomami que têm indígenas <b>isolados</b> porque uma dessas aldeias está <b>ameaçada</b> , está correndo risco de vida.  | Atores Sociais<br>Adjetivação           |
| 2'56"<br>3'52" | [...] Na cosmologia <i>Yanomami</i> , terra é sinônimo de floresta, uma palavra junta o significado das duas coisas, Urihi é terra que é floresta. Os <i>Yanomami</i> habitam essa terra há mais de mil anos, vivendo diretamente do que a floresta dá, e exatamente por isso que qualquer alteração em seu pedaço de floresta afeta muito a vida dos <i>Yanomami</i> . E o que tem acontecido ao longo das últimas décadas, apesar de toda a resistência indígena, é uma profunda alteração na natureza da floresta Yanomami.  | Atores Sociais                          |
| 3'56"<br>5'01" | "Nós, povo indígena, somos ricos né!? Rico de madeira, rico de água, rico de animal, pedras, ouro, diamante, a terra boa." Esse é Davi Kopenawa, xamã e líder <i>Yanomami</i> . E ele diz tudo, a terra indígena é <b>riquíssima</b> , mas o mundo não indígena não parece saber lidar com a riqueza dos indígenas, especialmente com uma: um minério em específico que tem motivado um processo <b>agressivo</b> de invasão. A área dos <i>Yanomami</i> guarda ouro, muito ouro. Mas a cada dia, a terra indígena perde quilos e quilos do minério ilegalmente. [...] A terra dos <i>Yanomami</i> tem sido constantemente <b>invadida</b> por <b>garimpeiros</b> numa corrida do ouro <b>assustadora</b> | Atores Sociais<br>Fontes<br>Adjetivação |
| 5'40"<br>6'07" | Desde que <i>Bolsonaro</i> assumiu a presidência, o garimpo voltou a explodir na terra indígena e até mesmo no sentido literal. Imagens de satélites recentes mostram crateras deixadas pelo desvio do curso de rios, clareiras abertas à força na mata e trechos desmatados. Olhando de cima, dá para ver que onde a floresta foi <b>destruída</b> , para o garimpo se instalar, o verde escuro das árvores desapareceu e deu lugar a um lamaçal marrom, quase cor de ferrugem.  | Atores Sociais<br>Adjetivação<br>Fontes |
| 6'33"<br>7'08" | Estima-se que todo dia dezenas de milhares de <i>garimpeiros ilegais</i> estejam trabalhando dentro da terra indígena, drenando e remexendo nos leitos dos córregos, usando balsas para remexer no fundo dos rios grandes. [...] O ouro é garimpado, grande parte das vezes, junto às águas que ficam, inclusive, <b>contaminadas</b> por mercúrio, uma substância tóxica que espalham das zonas de garimpo por toda terra indígena [...]   | Atores Sociais<br>Adjetivação           |
| 7'26"          | O garimpo <b>ilegal</b> está adentrando áreas isoladas mais distantes e partes até então intocadas. Estamos falando disso   | Atores Sociais                          |

|                     |  |   |
|---------------------|--|---|
| 8'20"               | porque o garimpo está chegando perto de povos <b>isolados</b> da terra Yanomami. Pois é, a gente começou o episódio falando sobre um avião, sobre um voo de monitoramento da FUNAI. A gente começou assim porque no ano passado, os <i>técnicos da FUNAI</i> sobrevoaram uma região para monitorar um grupo específico de indígenas, os <i>Moxihatëtêma</i> . “Essa grupo isolado, eles moram há muito tempo, muitos anos eles estão aí. Nem eu nunca vi eles, só fica falando, nosso pai nosso avô fica contando sobre eles.” No voo de monitoramento, o que os <i>técnicos da FUNAI</i> flagraram é <b>assustador</b> . Foi aberto um ramal garimpeiro somente há 12 quilômetros da aldeia dos <i>Moxihatëtêma</i> .   | Adjetivação<br>Fontes                             |
| 8'21"<br><br>8'58"  | "O relatório, ele traz um mapa que mostra geograficamente ali onde tem o ramal garimpeiro próximo desses indígenas isolados." Esse é o Thiago Domenici, repórter e editor da Pública que apurou a história <sup>14</sup> . Ele acessou o relatório da FUNAI feito após o sobrevoo na Serra da Estrutura. “Um relatório sigiloso que a gente obteve através de uma fonte próxima à FUNAI e a gente não releva nossas fontes, mas uma fonte extremamente confiável e que baseou, de certa maneira, toda a estruturação do que a gente publicou ali.”   | Protagonismo do jornalista na narrativa           |
| 8'59"<br><br>10'00  | Além das fotos, o relatório indica as coordenadas geográficas da localização dos <i>Moxihatëtêma</i> e o ramal garimpeiro. Mas para ter uma segunda confirmação da ameaça aos <b>isolados</b> , o Thiago foi conversar com um especialista em imagens de satélites. “Fizemos uma busca por imagens na plataforma Google Earth.” Esse é o Heron Martins do Center for Climate Crime Analysis. “Conseguimos identificar as áreas de garimpo, as quais têm características bem distintas de desmatamento convencionais. Além do garimpo, também identificamos uma pista de pouso, principal forma de acesso a esse tipo de garimpo nesta região.” Com a latitude e longitude dos pontos, eles checaram que, de fato, o ramal garimpeiro está a só 12 quilômetros de onde vive o grupo indígena. “Conversando com antropólogos, com fontes, tem até um deles que usa a expressão que 12 quilômetros é um quintal para os indígenas, é muito próximo, eles conseguem percorrer esse trajeto em poucas horas, né.” | Protagonismo do jornalista na narrativa<br>Fontes |
| 10'01"<br><br>11'10 | Thiago conversou também com Luciano Pohl, que é da gerência de povos isolados da Coiab, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. “A proximidade deles com o garimpo expõe eles a um risco muito grave de contraírem uma doença para a qual eles não tenham a memória imunológica já consolidada e isso coloca em risco a população toda.”. “O relatório deixa isso bem evidente porque ele traz uma informação muito relevante de que uma das fotos aéreas eles conseguem identificar nas fotos o que eles chamam de corotes de combustível. Esses cortes de combustível são usados pelo garimpo. Então, ali na casa comunitária dos indígenas tinha corotes de combustível do garimpo. Só isso já é um indício muito grave da situação, né. De que eles realmente estão ali cercados pelo garimpo e andando na região provavelmente encontraram esses resquícios garimpeiros.”  | Protagonismo do jornalista na narrativa<br>Fontes |
| 11'11"              | Atualmente, a FUNAI estima que os <i>Moxihatëtêma</i> sejam um   | Atores Sociais                                    |

<sup>14</sup> A reportagem “A 12 km’: indígenas Yanomami isolados nunca viram o garimpo tão próximo” pode ser acessada pelo site da Agência Pública. (DOMENICHI, 2021).

|                      |   |   |
|----------------------|---|---|
| 11'34"               | grupo de cerca de 100 indígenas. Olhando para uma linha do tempo, nos últimos monitoramento desse grupo de <b>isolados</b> , dá para ver que o garimpo não é um <b>problema</b> novo. Segundo a FUNAI, nos últimos 26 anos, os <i>Moxihatëtëma</i> migraram de 7 a 11 vezes. Isso devido à aproximação dos <i>garimpeiros</i> .   | Fontes<br>Adjetivação                   |
| 11'35"<br><br>12'10" | "Acho que o que fica bem evidente para mim nessa apuração é que eles estão acossados pelo garimpo. Eles estão cercados pelo garimpo. A gente consultou a FUNAI para saber o que havia sido feito em relação a esses garimpos. A FUNAI não respondeu especificamente sobre os garimpos que a gente aponta na reportagem, ela só diz que ações de monitoramento e combate ao garimpo têm sido feitas no território indígena Yanomami. Então, isso fica um pouco vago."  | Protagonismo do jornalista na narrativa |
| 12'11"<br><br>13'06" | O <b>problema</b> do garimpo nas terras dos <i>Yanomami</i> é <b>antigo</b> , já vem desde o séculos passado, mas nos últimos anos ganhou um novo fôlego. A alta no preço do ouro combinada com a diminuição da fiscalização e a atmosfera de impunidade tem impulsionado aumento nas <b>invasões</b> . A preocupação é atual e fica maior a cada mês, principalmente porque os <i>Yanomami</i> já conhecem as consequências da entrada do garimpo na sua flores, na sua casa. Pois é, existe uma perspectiva histórica nisso, lá no entorno de 1986 a entrada dos <i>garimpeiros</i> no território indígena de Roraima ganhou um impulso. Na época, o <i>governo federal</i> havia resolvido ampliar uma pista de pouso na área na fronteira do Brasil com a Venezuela. A obra facilitou o ingresso de <i>garimpeiros invasores</i> que no final da década chegavam a 40 mil e construíram mais de uma centena de pistas de pouso ilegais.   | Atores Sociais<br>Adjetivação           |
| 13'07"<br><br>13'26" | "Em alguns lugares morreu 30%, mais de 30% da população, em outros lugares ninguém sabe. Em algumas aldeias, que a gente sabia que existiam simplesmente sumiram." Esse é o Carlo Zacchini, um missionário que acompanhou o 'boom' da <b>invasão</b> garimpeira nos anos 80.  | Fontes<br>Adjetivação                   |
| 13'27"<br><br>15'00" | Um relatório da Comissão Nacional da Verdade, que se debruçou sobre os efeitos da entrada do garimpo nessa época, aponta que comunidades inteiras desapareceram por conta de epidemias, conflitos com os próprios garimpeiros, ou ainda, de fome. Os garimpeiros aliciaram indígenas que largaram seus modos de vida e passaram a viver no garimpo. Segundo o documento, a prostituição e o sequestro de crianças agravaram a situação de caos social. A estimativa é de que cerca de um quarto dos <i>Yanomami</i> tenha morrido pelos efeitos diretos ou indiretos do garimpo na época. Agora imagina só, a metade da metade da população. A malária tomou conta do território e outras viroses ou resfriados vitimaram muita gente. Além das doenças, as <b>invasões</b> garimpeiras deixaram danos ambientais irreversíveis. Na lembrança dos <i>Yanomami</i> , quando falam do boom de invasões dos anos 80, duas coisas aparecem repetidas vezes: a memória de parentes morrendo e a marca de sujeira deixada, rios estragados, igarapés sujos e menos caça. No começo dos anos 90, depois de muita pressão dos indígenas e atenção internacional, o <i>governo</i> começou a proteger o território Yanomami. [...] | Fontes<br>Atores Sociais                |

|                  |   |   |
|------------------|---|---|
| 15'01"<br>15'30" | "Na praça principal de Boa Vista, a estátua principal é um garimpeiro com sua bateia. Na história de Roraima, o garimpeiro é visto como um desbravador, um desenvolvimentista, um corajoso que expande os horizontes em busca de riqueza" Esse é o <i>Luciano Mariz Maia</i> , ex-vice-procurador geral da república. Ele falou em uma entrevista concedida pelo jornal O Globo em 2019 sobre como o garimpo é um elemento importante para entender a <i>sociedade roraimense</i> .   | Atores Sociais                          |
| 15'31"<br>16'41" | "Algumas comunidades são minorias e os garimpeiros são mais. Então, a comunidade fica com medo porque os garimpeiros são mais e a comunidade são minoria, são pouca gente naquela região. A conversa assim deles assim 'não a gente vai pagar aqui, a comunidade vai receber tanto, né.' E a comunidade tentou falar para o garimpeiro não, vocês não pode garimpar aqui porque aqui é nosso território, aqui é nossa comunidade, vocês vão afetar, vocês vão espantar nossa casa." Esse é o Julio Ye'kwana, representante de outra etnia indígena que vive na terra indígena Yanomami. Essa entrevista é de 2019, quando a pressão da terra indígena começava a ficar <b>avassaladora</b> mais uma vez. Nesse ano começa a tomar forma o que seria a <b>maior invasão</b> garimpeira na terra indígena desde a demarcação nos anos 90. Em 2019, a <b>invasão</b> já estava <b>enorme</b> , mas ainda seria superada pelos números de 2020, e de lá para cá só cresceu. | Fontes<br>Adjativação                   |
| 16'42"<br>17'48" | "A mineração faz sustentar o estado hoje, não é o agronegócio, não é funcionalismo público, nós entendemos que é a mineração sim." Essa foi uma fala do <i>deputado federal do PSL de Roraima, Antônio Carlos Nicolete</i> , em um comício. Ele aparece em um vídeo documentário produzido pela Repórter Brasil e Amazônia Real que mostra onde o ouro da terra Yanomami está indo parar. Para você ter uma ideia, existe uma tradicional rua do ouro em Boa Vista, com várias joalherias que vem o ouro retirado da terra indígena. [...]  | Atores sociais                          |
| 17'49"<br>18'32" | Mas é isso, apesar de tudo, os <i>Yanomami</i> seguem lutando pela retirada do garimpo <b>ilegal</b> de suas terras, com o agravante da enorme preocupação da aproximação dos <b>invasores</b> dos parentes <b>isolados</b> . Nos últimos meses, inclusive, outros indígenas isolados da Amazônia estão <b>ameaçados</b> . É o caso dos povos <i>Piripkura</i> , no Mato Grosso, os <i>Jacareúba</i> e <i>Katawixi</i> , no Amazonas, os <i>Pirititi</i> em Roraima, e <i>Ituna</i> e <i>Itatá</i> no Pará. O garimpo é uma <b>ameaça</b> para toda terra indígena e uma <b>ameaça</b> ainda mais <b>assustadora</b> para os povos <b>isolados</b> .  | Atores Sociais<br>Adjativação           |
| 18'33"<br>18'57" | Mas é que antes de acabar com o episódio, a gente precisa falar de uma outra nuance, uma outra consequência do garimpo, um outro efeito bem prático e <b>alarmante</b> da degradação ambiental da terra-floresta dos <i>Yanomami</i> . "Os dados dos Yanomami são 16 regiões que estão em estado de desnutrição grave." Esse é o Júnior Yanomami.   | Fontes<br>Atores Sociais<br>Adjativação |
| 18'58"           | O repórter da Pública, Rafael Oliveira, foi falar com ele apurando uma outra reportagem <sup>15</sup> . O Rafa pesquisou por semanas sobre a condição de alimentação, na verdade, a condição de fome que assola as <i>crianças Yanomami</i> hoje. "O  | Protagonismo do                         |

<sup>15</sup> A reportagem "Sob Bolsonaro, Yanomami tem o maior índice de mortes por desnutrição infantil do país" está disponível no site da Agência Pública (OLIVEIRA, 2021).

|                  |   |   |
|------------------|---|---|
| 20'07"           | que a gente trouxe de novo na reportagem, acho que a principal informação na reportagem é que, entre 2019 e 2020, foram 24 mortes de crianças Yanomami menores de 5 anos. Foram 24 crianças em 2 anos, isso dá uma média de 1 criança por mês em uma população, entre adultos e crianças, de 28 mil pessoas. Então, é um índice bastante alto. A gente também publicou sobre dados de desnutrição de uma forma mais ampla, não só de óbitos, que daí entra o déficit de peso que também é um dado do Ministério da Saúde que não é divulgado publicamente que foi por meio da Lei de Acesso à Informação, mas que mostrou que mais de 50% das crianças Yanomami nessa faixa etária de 0 a 5 anos têm déficit de peso ou baixo ou baixíssimo peso para a idade." | jornalista na narrativa<br>Atores Sociais         |
| 20'08"<br>20'26" | É, sob <i>Bolsonaro</i> , o <b>maior</b> índice de desnutrição do país está na terra Yanomami. O problema está espalhado por todo o território. O problema nutricional é generalizado, mas no cruzamento dos números, um cenário chama a atenção. As regiões mais afetadas pelo garimpo sofrem mais com a desnutrição.  | Atores Sociais<br>Adjetivação                     |
| 20'27"<br>20'40" | "Falando com fontes, lendo outras reportagens que já saíram sobre o tema, ficou claro que as razões pelas quais a desnutrição infantil é tão intensa na terra indígena Yanomami já se sabe, já estão postas"  | Protagonismo do jornalista na narrativa           |
| 20'41"<br>21'09" | "A sociedade tem que entender, essas crianças são doentes porque não têm a atenção à saúde, é muito precária. As crianças pega 5, 10, 15 malária e muitos Yanomami, muitas crianças morrem nisso por falta de atendimento. Então, virá isso, a pessoa desnutrida de baixo peso."  | Fontes  |
| 21'10"<br>22'08" | O Rafa conversou também com Carlo Zacchini, o missionário que acompanha há décadas a terra indígena. "Nesses últimos meses, nesse último ano, a Cesai diminuiu as equipes, deixou posto de saúde desguarnecidos, sem ninguém, tem vários que estão sem ninguém, abandonados totalmente, por causa das ameaças dos garimpeiros que chegam lá atirando,ameaçando, amedrontando, afundando as canoas, causando a morte de crianças e adultos. Isso parece que não comove ninguém ou comove muitas poucas pessoas, não sei. Eu acho isso terrível. A gente está fazendo isso com um povo que não tem culpa nenhuma de ter nascido num lugar que lamentavelmente descobriu que tem ouro."  | Protagonismo do jornalista na narrativa<br>Fontes |

Fonte: A autora.

Com a codificação do material foi possível perceber que entre os atores sociais, os mais citados são as comunidades de povos indígenas específicos ou o coletivo desses povos. Dentro disso, os povos Yanomami são os citados com mais frequência. A comunidade indígena Moxihatëtëma é citada cinco vezes e as etnias Piripkura, Jacareúba, Katawixi, Pirititi, Ituna e Itatá uma vez. A sociedade roraimense que aparece uma vez. Além disso, a Fundação Nacional do Indígena (FUNAI) ou os técnicos da organização se encontram como o segundo ator social mais citado, seguidos pelos garimpeiros.

Em relação aos atores sociais que representam o governo, Jair Bolsonaro, presidente do Brasil na época da publicação do episódio, é citado duas vezes, seguido pelo deputado federal do PSL (Partido Social Liberal)<sup>16</sup> de Roraima, Antônio Carlos Nicolete e Luciano Mariz Maia, ex-vice-procurador-geral da república que são citados uma vez, o governo como um todo também é citado duas vezes. No total, o governo ou seus representantes aparecem seis vezes no episódio.

Entre as fontes que aparecem no episódio, ou seja, as pessoas, pesquisas e documentos consultados pelos jornalistas, o tipo mais recorrente são as fontes testemunhais, aquelas que presenciaram os acontecimentos. Entre as fontes testemunhais, são ouvidos três representantes dos povos indígenas, sendo que citações diretas aparecem quatro vezes e é apresentada uma citação indireta dos Yanomami. Além disso, os jornalistas ouvem um representante religioso que acompanha os povos indígenas há tempos. A partir disso, afirma-se que todas as fontes testemunhais ouvidas pelo podcast mantêm a visão dos acontecimentos pela perspectiva dos povos indígenas.

O segundo tipo de fonte mais citado é o documental. Relatórios, dados e imagens da Funai, assim como o relatório da Comissão Nacional da Verdade são os documentos consultados diretamente pelo podcast. Já as fontes especialistas, ou seja, pessoas com conhecimento técnico sobre determinado assunto, são as menos recorrentes, aparecendo duas vezes diretamente no podcast. Nenhum representante ou entidade do governo foi consultado diretamente e a perspectiva dos garimpeiros ou da sociedade do estado não aparece na voz de nenhuma fonte direta. Apesar disso, aparece um trecho de uma entrevista ao Jornal O Globo em 2019 do Luciano Mariz Maia, ex-vice-procurador-geral da república, em que afirma que na principal praça da capital do estado, Boa Vista, “a estátua principal é um garimpeiro com sua bateia. Na história de Roraima, o garimpeiro é visto como um desbravador, um desenvolvimentista, um corajoso que expande os horizontes em busca de riqueza” (O CERCO... 2021).

Com o mapeamento das fontes consultadas e dos atores sociais citados percebe-se que o episódio segue o entendimento do Jornalismo Ambiental ligado ao Paradigma Ecológico, conceito que foi desenvolvido no capítulo 3. Segundo Bueno (2007, p. 36), o jornalista ambiental busca trazer o “diálogo entre o catedrático e o

---

<sup>16</sup> Atualmente, o PSL se fundiu ao partido Democratas, formando o União Brasil. A junção foi aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2022.

pescador, entre o agrônomo e o trabalhador rural, o mateiro e o biólogo e não deve estigmatizar a sabedoria dos pajés”, o autor ainda completa que o jornalismo ambiental deve ir além dos discursos dos pesquisadores e cientistas, pois é apenas trazendo as perspectivas desses atores sociais que o jornalismo será capaz de incluir e contribuir para o debate público. Diante da análise é possível concluir que o conteúdo busca a pluralidade de fontes, buscando incluir as comunidades indígenas no debate sobre meio ambiente e conflitos ambientais.

Ainda entre as fontes consultadas também há os jornalistas, entretanto esse trabalho optou por se debruçar nisso em um tópico específico. No total, dois jornalistas da Agência Pública que cobriram os acontecimentos são consultados no episódio, sendo eles Thiago Domenici e Rafael Oliveira. Falas diretas de Thiago Domenici aparecem quatro vezes no episódio, enquanto as de Rafael Oliveira duas vezes.

É importante notar que na narrativa desses jornalistas há citações de outros atores sociais e fontes. Os jornalistas convidados aparecem principalmente em duas perspectivas, além de passar a informação, a primeira oferecendo sua perspectiva e mostrando os bastidores da cobertura, um exemplo está localizado entre os minutos 11’35” e 12’10”.

Acho que o que fica bem evidente para mim nessa apuração é que eles estão acossados pelo garimpo. Eles estão cercados pelo garimpo. A gente consultou a FUNAI para saber o que havia sido feito em relação a esses garimpos. A FUNAI não respondeu especificamente sobre os garimpos que a gente aponta na reportagem, ela só diz que ações de monitoramento e combate ao garimpo têm sido feitas no território indígena Yanomami. Então, isso fica um pouco vago. (O CERCO... 2021)

Um outro aspecto das falas dos jornalistas é dar voz a fontes sigilosas, é o que pode ser observado entre os minutos 8’21” e 8’58”:

O relatório, ele traz um mapa que mostra geograficamente ali onde tem o ramal garimpeiro próximo desses indígenas isolados. Esse é o Thiago Domenici, repórter e editor da Pública que apurou a história. Ele acessou o relatório da FUNAI feito após o sobrevoo na Serra da Estrutura. Um relatório sigiloso que a gente obteve através de uma fonte próxima à FUNAI e a gente não relewa nossas fontes, mas uma fonte extremamente confiável e que baseou, de certa maneira, toda a estruturação do que a gente publicou ali. (O CERCO... 2021)

As notícias radiofônicas além de transmitir a realidade, criam uma representação sobre ela, isso porque os produtores trazem sua subjetividade, inserção social e valores (MEDITSCH, 1999, apud BUFARAH JUNIOR, 2021). Essa característica do rádio se expande no podcast, conforme o apontado por Lindgren (2020) de que abordagens pessoais e subjetivas de narrações são uma tendência. Ao trazer a fala dos jornalistas que se aproximaram mais dos acontecimentos e abordar tanto o processo de apuração como a interpretação deles sobre os fatos, o Amazônia Sem Lei incorpora essa tendência, o que pode ser um caminho para fidelizar os ouvintes também em rádios web e podcasts.

Além disso, a presença perspectiva do jornalista também coloca ele como ator social dentro das discussões e disputas da sociedade. Isso pode contribuir para entender o jornalista como ativo dentro da sociedade com o entendimento do jornalismo que produz (ou não) um conflito ambiental ao mesmo tempo que noticia os conflitos (CAMANA, 2018).

Por fim, o último fator analisado foram os adjetivos usados que mostram o posicionamento do veículo diante dos fatos. Os adjetivos são usados para se referir a dois atores sociais: os grupos indígenas e os garimpeiros. Em relação aos grupos indígenas, os jornalistas se referem a eles como “ameaçados” e “isolados”. Já os garimpeiros são usados adjetivados como “ilegais” e “invasores”. Ao se referir a presença dos garimpeiros a variedade de expressões aumenta, são usadas palavras como “invasão”, “enorme”, “maior”, “avassaladora”, “ilegal”, “alarmante”, “agressivo”, “assustadora”, “problema” e “antigo”. Ainda que seja relativamente comum alguma adjetivação no texto jornalístico, os usos localizados afastam totalmente a suposta isenção jornalística ou distanciamento da situação apresentada.

Tal situação pode ser minimamente explicada a partir das considerações de Belmonte (2017) ao apontar a presença do ativismo ecológico como o diferencial entre o jornalismo ambiental e o jornalismo científico, uma vez que o jornalismo participa do processo de construção social da realidade. Isso dialoga, de certa forma, com o que Bueno (2007) defende ao situar o jornalismo ambiental como política e socialmente engajado, consciente, capacitado e militante e sem compromisso com a isenção, “[...] porque participa de um jogo amplo (e nada limpo) de interesses. Não deve admitir-se utópico porque fundado na realidade concreta,

na luta pela qualidade do solo, do ar, da água, da vida enfim.” (BUENO, 2007, p. 36).

Assim, ao utilizar adjetivos como "ilegais" e "invasores" para se referir aos garimpeiros, os jornalistas da Agência Pública de certa forma optam pelo ativismo ecológico socialmente engajado. Eles assumem seu papel de construção social da realidade e se posicionam frente aos fatos, se colocando ao lado dos povos indígenas, do solo, do ar e da água nesse conflito.

Ainda tendo em vista o Paradigma Ecológico como orientador desse trabalho, é válido entender o modo como os jornalistas adjetivam a situação da terra indígena e da floresta dentro desse contexto. Assim, é possível observar os seguintes adjetivos "invadida", "riquíssima", "destruída" e "contaminadas". Dessa maneira, o uso dessas expressões mostra, tendo em vista a quem se referem, um posicionamento da Agência Pública contrário à presença dos garimpeiros na terra indígena e preocupado com a situação na terra indígena Yanomami.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise e os desastres ambientais recentes, que estão cada vez mais intensos e próximos, trazem uma nova perspectiva para o jornalismo ambiental que antes era visto como uma vertente do jornalismo científico. O jornalismo ambiental deve se posicionar a fim de promover o debate público para combater a crise ambiental, para isso, essa cobertura pode e deve estar atrelada ao Paradigma Ecológico (MORAES; FANTE, 2018), deve sempre incluir toda a sociedade e evitar reproduzir as síndromes identificadas por Bueno (2007). Diante disso, o podcast se mostra como um canal capaz de promover discussões e buscar soluções acerca da crise ambiental, seja pela facilidade de produção ou pela aceitação do canal pelo público brasileiro.

Nesse contexto, para verificar a forma que o jornalismo brasileiro tem abordado a temática ambiental em podcasts, esse trabalho se debruçou sobre o quarto episódio da série “Amazônia Sem Lei”. Após a análise, pode-se concluir que o conteúdo está atento às discussões sobre meio ambiente, e propõe um diálogo com diversos setores sociais, principalmente com os mais atingidos pelos efeitos dos conflitos ambientais. Além disso, procura seguir as tendências dos podcasts atuais, como agregar a narrativa pessoal à história a partir da presença da perspectiva dos jornalistas. Por fim, a partir da análise dos adjetivos usados, pode-se identificar que o veículo e os jornalistas se posicionam diante dos fatos, reafirmando seu papel consciente, político e socialmente engajado.

No decorrer da análise em si, este trabalho não enfrentou nenhum obstáculo no desenvolvimento. Porém, pelo semestre estar seguindo um período especial com tempo reduzido, não houve tempo hábil para estender a pesquisa aos demais episódios do podcast. Diante disso, uma proposta de estudo a ser desenvolvida futuramente está relacionada aos outros nove episódios do “Amazônia Sem Lei”, avaliando se neles também é possível perceber a presença da perspectiva do jornalista, os usos dos adjetivos e mapear as fontes e atores sociais citados.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça social. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-4014201000010001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-4014201000010001). Acesso em: 7 mai. 2018.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985

ÂNGELO, F. F. O jornalismo ambiental e os campos discursivos da Amazônia: o caso da extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 42º, 2019, Belém. **Anais [...]**. Belém: Intercom, 2019. p. 1-15. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0602-1.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2023.

ARAÚJO, M.; AMORIM, A. Como o isolamento social causado pela pandemia de Covid 19 impactou o consumo de podcasts no Brasil: Uma análise de matérias jornalísticas nacionais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 43º, 2020. **Anais [...]**. Intercom, 2020. p. 1-13. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-1419-1.pdf>. Acesso em 17 jul. 2023.

AVELAR, K.; PRATA, N.; MARTINS, H. Podcast: trajetória, temas emergentes e agenda. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 42º., 2018, Joinville. **Anais [...]**. Joinville: Intercom, 2018. p. 1-15. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0147-1.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edições 70, Lisboa, 1977.

BELMONTE, R. V. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 6, n. 2, p. 110-125. jul./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.6220176656>. Disponível em: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/6656>. Acesso em: 06 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto Nº 11.405, de 30 de Janeiro de 2023**.

Dispõe sobre medidas para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e de combate ao garimpo ilegal [...]. Brasília, DF, 2023a.

Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/Decreto/D11405.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.405%2C%20DE%2030,por%20%C3%B3rg%C3%A3os%20da%20administra%C3%A7%C3%A3o%20federal](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Decreto/D11405.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.405%2C%20DE%2030,por%20%C3%B3rg%C3%A3os%20da%20administra%C3%A7%C3%A3o%20federal). Acesso em: 03 maio 2023.

BRASIL. **Portaria GM/MS Nº 28, de 20 de Janeiro de 2023**. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência de

desassistência à população Yanomami. Brasília, DF, 2023b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-28-de-20-de-janeiro-de-2023-459177294>. Acesso em: 11 maio 2023.

BUENO, W. C. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S. l.], n. 15, p. 33-44, 28 jun. 2007. Universidade Federal do Paraná.

BUENO, W. C. O jornalismo ambiental circula na arena da ciência e da política. **Anuário Unesco Metodista de Comunicação Regional**, v. 13, n. 13, p. 113-126, 2009. Universidade Metodista de São Paulo. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/AUM/article/view/2196>. Acesso em 04 jun. 2023.

BUFARAH JUNIOR, A.; PADILHA, L. D. O radiojornalismo como gênero discursivo aplicado ao conceito de podcast. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO*, 18. Brasília, DF, 2020, **Anais [...]**. [Brasília, DF]: SBPJor: 2020. p. 1-18. Disponível em: <https://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2020/paper/viewFile/2722/1410>. Acesso em: 16 abr. 2023.

BUFARAH JUNIOR, A. Estudos de Casos sobre Classificação de Gêneros e Formatos de Podcasts Jornalísticos na Web Brasileira. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 44., 2021, Virtual. **Anais [...]**. [S. l.]: Intercom, 2021. p. 1-15.

CAMANA, A. Conflitos ambientais: uma pauta central para o Jornalismo. GIRARDI, I. M. et al. **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/343084490\\_Sustentabilidade\\_do\\_que\\_estamos\\_falando\\_Entender\\_os\\_paradigmas\\_para\\_complexificar\\_a\\_pauta](https://www.researchgate.net/publication/343084490_Sustentabilidade_do_que_estamos_falando_Entender_os_paradigmas_para_complexificar_a_pauta). Acesso em 14 mar. 2023.

DOMENICI, T. **“A 12 km”: indígenas Yanomami isolados nunca viram o garimpo tão próximo**. 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/09/indigenas-yanomami-isolados-nunca-viram-o-garimpo-tao-proximo/>. Acesso em: 11 maio 2023.

FERRARETTO, L. A. Possibilidades de convergência tecnológica: pistas para a compreensão do rádio e das formas do seu uso no século 21. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 30º, 2007, Santos. **Anais [...]**. Santos: Intercom, 2007. p. 1-15. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/r0046-1.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2023.

FERRARETTO, L. A. Alterações no modelo comunicacional radiofônico: perspectivas de conteúdo em um cenário de convergência tecnológica e multiplicidade da oferta. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 32., 2009, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Intercom, 2009. p. 1-15. Disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/r4-0091-1.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2023.

FERRARETTO, L. A. Rádio contemporâneo: o modelo de negócio e o poder de referência do meio sob tensão. Porto Seguro: **Revista EPTIC**, v. 21, p. 154-170, jun. 2019.

GOVERNO Federal envia equipes para elaborar diagnóstico sobre território Yanomami. **FUNAI**. Assessoria de Comunicação. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/governo-federal-envia-equipes-para-elaborar-diagnostico-sobre-territorio-yanomami>. Acesso em: 03 maio 2023.

HERSCHMANN, M.; KISCHINHEVSKY, M. A "geração podcasting" e os novos usos do rádio na sociedade do espetáculo e do entretenimento. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 15, n. 37, p. 101–106, 2009. DOI: 10.15448/1980-3729.2008.37.4806. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/4806>. Acesso em: 22 maio. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – **PNAD Contínua novembro 2021**.

IPEA (org.). **O que é? Amazônia Legal**. 2008. Disponível em: [ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2154:catid=28#:~:text=A%20Amazônia%20Legal%20%C3%A9%20uma,5%20milhões%20de%20km<sup>2</sup>](http://ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28#:~:text=A%20Amaz%C3%B4nia%20Legal%20%C3%A9%20uma,5%20milh%C3%B5es%20de%20km%C2%B2). Acesso em: 11 maio 2023.

KANTAR IBOPE MÍDIA. **Inside Radio 2021**. Disponível em: [kantaribopemedia.com/estudos-type/inside-radio-2021/](http://kantaribopemedia.com/estudos-type/inside-radio-2021/). Acesso em: 06 dez. 2022

KANTAR IBOPE MÍDIA. **Inside Radio 2022**. Disponível em: <https://kantaribopemedia.com/conteudo/estudo/inside-radio-2022/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

KISCHINHEVSKY, M. **Rádio e mídias sociais**: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

KISCHINHEVSKY, M. O rádio está aprendendo muito com o podcasting. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, v. 11, n. 1, 3 jul. 2020.

LE MOS, A. Cidade e mobilidade. Telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais. **MATRIZES**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 121-137, 2007. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v1i1p121-137. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38180>. Acesso em: 29 maio. 2023.

LINDGREN, M. Jornalismo narrativo pessoal e podcasting. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, v. 11, n. 1, 3 jul. 2020.

LIVE: jornalismo ambiental. Palestrante: Ana Carolina Amaral. [Mediadora: Aline Camargo]. [Uberlândia]: UFU, 8. dez. 2022. 1 vídeo (59 min). Publicado pelo canal

Cacos - UFU. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=4xKDrlM6y\\_Y](https://www.youtube.com/watch?v=4xKDrlM6y_Y). Acesso em: 15 dez. 2022.

LOOSE, B. E. **Jornalismo de Soluções e mudanças climáticas: Estudo sobre a cobertura da mitigação no site brasileiro G1**. La Comunicación de la mitigación ante la emergencia climática. Editora Egregius, Colección Comunicación Y Pensamiento, 1ª edição, 2019.

LUIZ, L.; ASSIS, P. O Podcast no Brasil e no Mundo: um caminho para a distribuição de mídias digitais. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 33º, 2010, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul, 2010, p. 1-15.

MARÃO, J. C.; RIBEIRO, J. H. **Realidade: a história e as melhores matérias da revista que marcou o jornalismo e influenciou as mudanças no país**. Santos: Realejo Edições, 2010.

MENDES, André Trigueiro. **Mundo Sustentável 2: novos rumos para um planeta em crise**. São Paulo: Globo, 2012.

MIGUEL, K. Os paradigmas da imprensa na cobertura das políticas ambientais. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 35, p. 111-131, 2012.

MORAES, C. H.; FANTE, E. Sustentabilidade: do que estamos falando? Entender os paradigmas para complexificar a pauta. GIRARDI, I. M. et al. **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/343084490\\_Sustentabilidade\\_do\\_que\\_estamos\\_falando\\_Entender\\_os\\_paradigmas\\_para\\_complexificar\\_a\\_pauta](https://www.researchgate.net/publication/343084490_Sustentabilidade_do_que_estamos_falando_Entender_os_paradigmas_para_complexificar_a_pauta). Acesso em 14 mar. 2023.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279.

O CERCO aos isolados Yanomami: [4]. [Locução de]: Clarissa Levy e Ricardo Terto. [S. l.]: Agência Pública, 1 out. 2021. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6hysD4uvfgitZMQpWvw9Aa?si=f4b31c300add484>. Acesso em: 06 mai. 2023.

OLIVEIRA, R. **Sob Bolsonaro, Yanomami tem o maior índice de mortes por desnutrição infantil do país**. 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/09/sob-bolsonaro-yanomami-tem-o-maior-indice-de-mortes-por-desnutricao-infantil-do-pais/>. Acesso em: 11 maio 2023.

SQUIRRA, S. C. de M. A convergência tecnológica. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 12, n. 27, p. 79–85, 2008. DOI: 10.15448/1980-3729.2005.27.3324. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3324>. Acesso em: 20 maio. 2023.

TOSIN, E. T.; NEVES, D. S. O jornalismo no rádio digital do Brasil: como as características socioculturais do Brasil influenciaram na produção de uma

comunicação pós-massiva. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 19º, 2018, Cascavel. **Anais [...]**. Cascavel: Intercom, 2018.

TRÄSEL, M. Jornalismo Ambiental em bases de dados. GIRARDI, I. M. et al. **Jornalismo Ambiental**: teoria e prática. Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

Disponível em

[https://www.researchgate.net/publication/343084490\\_Sustentabilidade\\_do\\_que\\_estamos\\_falando\\_Entender\\_os\\_paradigmas\\_para\\_complexificar\\_a\\_pauta](https://www.researchgate.net/publication/343084490_Sustentabilidade_do_que_estamos_falando_Entender_os_paradigmas_para_complexificar_a_pauta). Acesso em 14 mar. 2023.

VICENTINI, Rafaela. **Biodiversidade Amazônica**. 2021. Disponível em:

<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/centros-de-pesquisa/biodiversidade-amazonica/biodiversidade-amazonica>. Acesso em 17 jul. 2023.

## APÊNDICE A — Episódio quatro do podcast “Amazônia Sem Lei”

| 4   O cerco aos isolados Yanomami |   |                               |
|-----------------------------------|---|-------------------------------|
| Minutagem                         | Descrição do áudio  | Chapéu                        |
| 0'00"                             | Esse episódio começa com um avião. Um avião pequeno, desses com poucos lugares, tipo quatro acentos mais o piloto. Um avião que decolou de uma base da <i>FUNAI</i> , a <i>Fundação Nacional do Índio</i> . Depois de poucos minutos de voo, o aviãozinho começa a sobrevoar a maior terra indígena do país, a área dos <i>Yanomami</i> , lá em Roraima. O dia está limpo e o avião avança sobrevoando o tapete verde-escuro de floresta amazônica, dentro vão <i>técnicos da FUNAI</i> com máquinas fotográficas e pranchetas de anotação, eles estão em um sobrevoo de monitoramento.   | Atores Sociais                |
| 0'50"                             |   |                               |
| 0'51"                             | De tempos em tempos a <i>equipe da FUNAI</i> sobrevoa territórios indígenas. Nesse dia, 19 de fevereiro de 2020, estão avançando rápido sobre território Yanomami em direção ao centro, querem chegar no coração da terra indígena na área onde fica a Serra da Estrutura e na calha do rio Catrimani. Estão indo para observar o único grupo de indígenas <b>isolados</b> confirmado no imenso território indígena.  | Atores Sociais<br>Adjetivação |
| 1'19                              |   |                               |
| 1'20"                             | A floresta densa da Serra da Estrutura abriga um povo indígena que vive voluntariamente sem contato com mais ninguém. Não tem contato com o país que foi criado em cima do seu território tradicional. Não tem contato, nem mesmo, com os outros <i>Yanomami</i> que vivem na terra indígena. No Brasil, existem pelo menos 100 grupos de indígenas <b>isolados</b> , povos que escolheram e escolhem ainda hoje, em 2021, não ter contato com a sociedade nacional. No ano passado, os <i>técnicos da FUNAI</i> foram sobrevoar esse pedaço do território <i>Yanomami</i> que tem indígenas <b>isolados</b> porque uma dessas aldeias está <b>ameaçada</b> , está correndo risco de vida.  | Atores Sociais<br>Adjetivação |
| 2'08"                             |   |                               |
| 2'14"                             | Oi, bem-vindo, bem-vinda. Esse é o quarto episódio do Amazônia Sem Lei, um podcast que existe para contar sobre o que está em jogo na Amazônia agora, para além do que aparece nas manchetes. Em cada episódio, a gente mergulha em alguma investigação que foi feita pela equipe de repórteres da Agência Pública, com histórias que ajudam a explicar as disputas que pairam sobre o campo e a floresta. Eu sou a Clarissa Levy.  |                               |
| 2'44"                             | E eu sou Ricardo Terto.   |                               |
| 2'56"                             | A terra indígena Yanomami é a maior do país, em tamanho equivalente a duas vezes o território da Suíça. Na beirada da fronteira com a Venezuela, é uma porção de floresta amazônica entrecortada por rios e povoada por mais de 200 comunidades indígenas. Na cosmologia <i>Yanomami</i> , terra é sinônimo de floresta, uma palavra junta o significado das duas coisas, Urihi é terra que é floresta. Os <i>Yanomami</i> habitam essa terra há mais de mil anos, vivendo diretamente do que a floresta dá, e exatamente por isso que qualquer alteração em seu pedaço de floresta afeta muito a vida dos <i>Yanomami</i> . E o que tem acontecido ao longo das últimas décadas, apesar de toda a resistência indígena, é uma profunda alteração na natureza da floresta Yanomami. | Atores Sociais                |
| 3'52"                             |   |                               |

|       |  |  |
|-------|--|--|
| 3'56" | <p>"Nós, povo indígena, somos ricos, né. Rico de madeira, rico de água, rico de animal, pedras, ouro, diamante, a terra boa." Esse é Davi Kopenawa, xamã e líder <i>Yanomami</i>. E ele diz tudo, a terra indígena é <b>riquíssima</b>, mas o mundo não indígena não parece saber lidar com a riqueza dos indígenas, especialmente com uma: um minério em específico que tem motivado um processo <b>agressivo</b> de invasão. A área dos <i>Yanomami</i> guarda ouro, muito ouro. Mas a cada dia, a terra indígena perde quilos e quilos do minério ilegalmente.</p> <p>"Tá retornando como aconteceu em 86, tá retornando de novo, muita gente aqui na nossa terra"</p> <p>A terra dos Yanomami tem sido constantemente <b>invadida</b> por <b>garimpeiros</b> numa corrida do ouro <b>assustadora</b></p> | <p>Atores Sociais</p> <p>Fontes</p> <p>Adjetivação</p> |
| 5'01" |  |  |
| 5'02" | <p>"A polícia federal faz operação para combater o garimpo na terra indígena Yanomami, a permanência dos garimpeiros é um dos motivos para o grande número de infecções."</p> <p>"O garimpo ilegal cresce na terra Yanomami em Roraima. Imagens de satélite e fotos aéreas mostram que a atividade se intensificou nos 3 primeiros meses do ano, pouco antes dos recentes ataques às comunidades indígenas"</p> <p>"Um vídeo divulgado hoje mostra uma lancha passando pelo rio em velocidade. Tiros são disparados e índios correm"</p>   |  |
| 5'36" |  |  |
| 5'40" | <p>Desde que <i>Bolsonaro</i> assumiu a presidência, o garimpo voltou a explodir na terra indígena e até mesmo no sentido literal. Imagens de satélites recentes mostram crateras deixadas pelo desvio do curso de rios, clareiras abertas à força na mata e trechos desmatados. Olhando de cima, dá para ver que onde a floresta foi <b>destruída</b>, para o garimpo se instalar, o verde escuro das árvores desapareceu e deu lugar a um lamaçal marrom, quase cor de ferrugem.</p>   | <p>Atores Sociais</p> <p>Fontes</p> <p>Adjetivação</p> |
| 6'07" |  |  |
| 6'08" | <p>"A mineração ilegal já ocupa o equivalente a 2400 campos de futebol na terra Yanomami."</p> <p>"Esse desmatamento demonstra está cada vez mais aumentando o garimpo ilegal na terra indígena Yanomami. Por isso, nós estamos demonstrando à sociedade para eles enxergarem um problema que está se agravando"</p>   |  |
| 6'32" |  |  |
| 6'33" | <p>Estima-se que todo dia dezenas de milhares de <b>garimpeiros ilegais</b> estejam trabalhando dentro da terra indígena, drenando e remexendo nos leitos dos córregos, usando balsas para remexer no fundo dos rios grandes.</p> <p>"Agora nós tamo trabalhando no leito do rio."</p> <p>O ouro é garimpado, grande parte das vezes, junto às águas que ficam, inclusive, <b>contaminadas</b> por mercúrio, uma substância tóxica que espalham das zonas de garimpo por toda terra indígena.</p>  | <p>Atores Sociais</p> <p>Adjetivação</p>               |
| 7'08" | <p>"Olha aqui ó, quando sobre o rios, nós fizemos um abatador para desviar o rio."</p>   |  |

|  |  |  |
|--|--|--|
| 7'09"<br><br><br><br><br><br><br><br><br><br>7'26" | <p>O garimpo na terra indígena Yanomami é o assunto desse episódio por um motivo: ele está crescendo e isso significa que ele está invadindo novas áreas.</p> <p>“A grande preocupação da FUNAI é com as aldeias de índios isolados que não tem contato com brancos e nenhuma imunidade contra doenças”</p>  |  |
| 7'26"<br><br><br><br><br><br><br><br><br><br>8'20" | <p>O garimpo <b>ilegal</b> está adentrando áreas isoladas mais distantes e partes até então intocadas. Estamos falando disso porque o garimpo está chegando perto de povos <b>isolados</b> da terra Yanomami. Pois é, a gente começou o episódio falando sobre um avião, sobre um voo de monitoramento da <i>FUNAI</i>. A gente começou assim porque no ano passado, os <i>técnicos da FUNAI</i> sobrevoaram uma região para monitorar um grupo específico de indígenas, os <i>Moxihatëtëma</i>.</p> <p>“Essa grupo isolado, eles moram há muito tempo, muitos anos eles estão aí. Nem eu nunca vi eles, só fica falando, nosso pai nosso avô fica contando sobre eles.”</p> <p>No voo de monitoramento, o que os <i>técnicos da FUNAI</i> flagraram é <b>assustador</b>. Foi aberto um ramal garimpeiro somente há 12 quilômetros da aldeia dos <i>Moxihatëtëma</i>.</p>  | <p>Atores Sociais</p> <p>Adjetivação</p> <p>Fontes</p>       |
| 8'21"<br><br><br><br><br><br><br><br><br><br>8'58" | <p>"O relatório, ele traz um mapa que mostra geograficamente ali onde tem o ramal garimpeiro próximo desses indígenas isolados." Esse é o Thiago Domenici, repórter e editor da Pública que apurou a história. Ele acessou o relatório da FUNAI feito após o sobrevoo na Serra da Estrutura. "Um relatório sigiloso que a gente obteve através de uma fonte próxima à FUNAI e a gente não releva nossas fontes, mas uma fonte extremamente confiável e que baseou, de certa maneira, toda a estruturação do que a gente publicou ali."</p>   | <p>Protagonismo do jornalista na narrativa</p>               |
| 8'59"<br><br><br><br><br><br><br><br><br><br>10'00 | <p>Além das fotos, o relatório indica as coordenadas geográficas da localização dos <i>Moxihatëtëma</i> e o ramal garimpeiro. Mas para ter uma segunda confirmação da ameaça aos <b>isolados</b>, o Thiago foi conversar com um especialista em imagens de satélites. "Fizemos uma busca por imagens na plataforma Google Earth." Esse é o Heron Martins do Center for Climate Crime Analysis. Conseguimos identificar as áreas de garimpo, as quais têm características bem distintas de desmatamento convencionais. Além do garimpo, também identificamos uma pista de pouso, principal forma de acesso a esse tipo de garimpo nesta região."</p> <p>Com a latitude e longitude dos pontos, eles checaram que, de fato, o ramal garimpeiro está a só 12 quilômetros de onde vive o grupo indígena. "Conversando com antropólogos, com fontes, tem até um deles que usa a expressão que 12 quilômetros é um quintal para os indígenas, é muito próximo, eles conseguem percorrer esse trajeto em poucas horas, né."</p> | <p>Protagonismo do jornalista na narrativa</p> <p>Fontes</p> |

|        |  |  |
|--------|--|--|
| 10'01" | <p>Thiago conversou também com Luciano Pohl, que é da gerência de povos isolados da Coiab, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.</p> <p>"A proximidade deles com o garimpo expõe eles a um risco muito grave de contraírem uma doença para a qual eles não tenham a memória imunológica já consolidada e isso coloca em risco a população toda."</p> <p>"O relatório deixa isso bem evidente porque ele traz uma informação muito relevante de que uma das fotos aéreas eles conseguem identificar nas fotos o que eles chamam de corotes de combustível. Esses cortes de combustível são usados pelo garimpo. Então, ali na casa comunitária dos indígenas tinha corotes de combustível do garimpo. Só isso já é um indício muito grave da situação, né. De que eles realmente estão ali cercados pelo garimpo e andando na região provavelmente encontraram esses resquícios garimpeiros."</p>                      | <p>Protagonismo do jornalista na narrativa</p> <p>Fontes</p> |
| 11'10" |  |  |
| 11'11" | <p>Atualmente, a FUNAI estima que os <i>Moxihatëtêma</i> sejam um grupo de cerca de 100 indígenas. Olhando para uma linha do tempo, nos últimos monitoramento desse grupo de <b>isolados</b>, dá para ver que o garimpo não é um <b>problema</b> novo. Segundo a FUNAI, nos últimos 26 anos, os <i>Moxihatëtêma</i> migraram de 7 a 11 vezes. Isso devido à aproximação dos <i>garimpeiros</i>.</p>  | <p>Atores Sociais</p> <p>Fontes</p> <p>Adjetivação</p>       |
| 11'34" |  |  |
| 11'35" | <p>"Acho que o que fica bem evidente para mim nessa apuração é que eles estão acossados pelo garimpo. Eles estão cercados pelo garimpo. A gente consultou a FUNAI para saber o que havia sido feito em relação a esses garimpos. A FUNAI não respondeu especificamente sobre os garimpos que a gente aponta na reportagem, ela só diz que ações de monitoramento e combate ao garimpo têm sido feitas no território indígena Yanomami. Então, isso fica um pouco vago."</p>  | <p>Protagonismo do jornalista na narrativa</p>               |
| 12'10" |  |  |
| 12'11" | <p>O <b>problema</b> do garimpo nas terras dos <i>Yanomami</i> é <b>antigo</b>, já vem desde o séculos passado, mas nos últimos anos ganhou um novo fôlego. A alta no preço do ouro combinada com a diminuição da fiscalização e a atmosfera de impunidade tem impulsionado aumento nas invasões. A preocupação é atual e fica maior a cada mês, principalmente porque os <i>Yanomami</i> já conhecem as consequências da entrada do garimpo na sua flores, na sua casa.</p> <p>Pois é, existe uma perspectiva histórica nisso, lá no entorno de 1986 a entrada dos <i>garimpeiros</i> no território indígena de Roraima ganhou um impulso. Na época, o <i>governo federal</i> havia resolvido ampliar uma pista de pouso na área na fronteira do Brasil com a Venezuela. A obra facilitou o ingresso de <i>garimpeiros invasores</i> que no final da década chegavam a 40 mil e construíram mais de uma centena de pistas de pouso ilegais.</p> | <p>Atores Sociais</p> <p>Adjetivação</p>                     |
| 13'06" |  |  |
| 13'07" | <p>"Em alguns lugares morreu 30%, mais de 30% da população, em outros lugares ninguém sabe. Em algumas aldeias, que a gente sabia que existiam simplesmente sumiram." Esse é o Carlo Zacquini, um missionário que acompanhou o 'boom' da <b>invasão</b> garimpeira nos anos 80.</p>  | <p>Fontes</p> <p>Adjetivação</p>                             |
| 13'26" |  |  |

|        |   |                          |
|--------|---|--------------------------|
| 13'27" | Um relatório da Comissão Nacional da Verdade, que se debruçou sobre os efeitos da entrada do garimpo nessa época, aponta que comunidades inteiras desapareceram por conta de epidemias, conflitos com os próprios garimpeiros, ou ainda, de fome. Os garimpeiros aliciaram indígenas que largaram seus modos de vida e passaram a viver no garimpo. Segundo o documento, a prostituição e o sequestro de crianças agravaram a situação de caos social. A estimativa é de que cerca de um quarto dos <i>Yanomami</i> tenha morrido pelos efeitos diretos ou indiretos do garimpo na época. Agora imagina só, a metade da metade da população. A malária tomou conta do território e outras viroses ou resfriados vitimaram muita gente. Além das doenças, as <b>invasões</b> garimpeiras deixaram danos ambientais irreversíveis. Na lembrança dos <i>Yanomami</i> , quando falam do boom de invasões dos anos 80, duas coisas aparecem repetidas vezes: a memória de parentes morrendo e a marca de sujeira deixada, rios estragados, igarapés sujos e menos caça. No começo dos anos 90, depois de muita pressão dos indígenas e atenção internacional, o <i>governo</i> começou a proteger o território Yanomami. Em 1992, a terra indígena foi enfim homologada e a operação de fiscalização desmontou os garimpos. Mas na real desmontaram só uma parte deles, alguns sobraram e, no fundo, aqueles que foram sempre tentaram voltar. | Fontes<br>Atores Sociais |
| 15'00" |   |                          |
| 15'01" | "Na praça principal de Boa Vista, a estátua principal é um garimpeiro com sua bateia. Na história de Roraima, o garimpeiro é visto como um desbravador, um desenvolvimentista, um corajoso que expande os horizontes em busca de riqueza" Esse é o <i>Luciano Mariz Maia</i> , ex-vice-procurador geral da república. Ele falou em uma entrevista concedida pelo jornal O Globo em 2019 sobre como o garimpo é um elemento importante para entender a <i>sociedade roraimense</i> .   | Atores Sociais           |
| 15'30" |   |                          |
| 15'31" | "Algumas comunidades são minorias e os garimpeiros são mais. Então, a comunidade fica com medo porque os garimpeiros são mais e a comunidade são minoria, são pouca gente naquela região. A conversa assim deles assim 'não a gente vai pagar aqui, a comunidade vai receber tanto, né.' E a comunidade tentou falar para o garimpeiro não, vocês não pode garimpar aqui porque aqui é nosso território, aqui é nossa comunidade, vocês vão afetar, vocês vão espantar nossa casa." Esse é o Julio Ye'kwana, representante de outra etnia indígena que vive na terra indígena Yanomami. Esse entrevista é de 2019, quando a pressão da terra indígena começava a ficar <b>avassaladora</b> mais uma vez. Nesse ano começa a tomar forma o que seria a <b>maior invasão</b> garimpeira na terra indígena desde a demarcação nos anos 90. Em 2019, a <b>invasão</b> já estava <b>enorme</b> , mas ainda seria superada pelos  | Fontes<br>Adjetivação    |
| 16'41" | números de 2020, e de lá para cá só cresceu.  |                          |

|        |  |   |
|--------|--|---|
| 16'42" | <p>“A mineração faz sustentar o estado hoje, não é o agronegócio, não é funcionalismo público, nós entendemos que é a mineração sim.” Essa foi uma fala do <i>deputado federal do PSL de Roraima, Antônio Carlosa Nicolete</i>, em um comício. Ele aparece em um vídeo documentário produzido pela Repórter Brasil e Amazônia Real que mostra onde o ouro da terra Yanomami está indo parar. Para você ter uma ideia, existe uma tradicional rua do ouro em Boa Vista, com várias joalherias que vem o ouro retirado da terra indígena.</p> <p>“O comércio nosso lá é ouro. Aqui em Boa Vista, bem. Eu vou no mercado comprar as coisas no supermercado, vou comprar fiado para levar para o garimpo. Eu falo para o dono do mercado: ei, tu quer receber em ouro ou em dinheiro? A maioria das pessoas quer receber em que? Em ouro. A distribuidora de cerveja, o posto de combustível, o supermercado, para pagar uma gasolina é em ouro, tudo gira em torno do ouro. Se você vai comprar uma sandália havaiana, é quatro décimos de ouro. Você tem que andar com uma balancinha para pesar o seu ouro, essa é a grande verdade.”</p> | Atores Sociais  |
| 17'48" |  |   |
| 17'49" | <p>Mas é isso, apesar de tudo, os <i>Yanomami</i> seguem lutando pela retirada do garimpo <b>ilegal</b> de suas terras, com o agravante da enorme preocupação da aproximação dos <b>invasores</b> dos parentes <b>isolados</b>. Nos últimos meses, inclusive, outros indígenas <b>isolados</b> da Amazônia estão <b>ameaçados</b>. É o caso dos povos <i>Piripkura</i>, no Mato Grosso, os <i>Jacareúba</i> e <i>Katawixi</i>, no Amazonas, os <i>Pirititi</i> em Roraima, e <i>Ituna</i> e <i>Itatá</i> no Pará. O garimpo é uma <b>ameaça</b> para toda terra indígena e uma <b>ameaça</b> ainda mais <b>assustadora</b> para os povos <b>isolados</b>.</p>  | Atores Sociais<br>Adjetivação                             |
| 18'32" |  |   |
| 18'33" | <p>Mas é que antes de acabar com o episódio, a gente precisa falar de uma outra nuance, uma outra consequência do garimpo, um outro efeito bem prático e <b>alarmante</b> da degradação ambiental da terra-floresta dos <i>Yanomami</i>. "Os dados dos Yanomami são 16 regiões que estão em estado de desnutrição grave." Esse é o Júnior Yanomami.</p>  | Fontes<br>Adjetivação                                     |
| 18'57" |  | Atores sociais  |
| 18'58" | <p>O repórter da Pública, Rafael Oliveira, foi falar com ele apurando uma outra reportagem. O Rafa pesquisou por semanas sobre a condição de alimentação, na verdade, a condição de fome que assola <i>as crianças Yanomami</i> hoje. “O que a gente trouxe de novo na reportagem, acho que a principal informação na reportagem é que, entre 2019 e 2020, foram 24 mortes de crianças Yanomami menores de 5 anos. Foram 24 crianças em 2 anos, isso dá uma média de 1 criança por mês em uma população, entre adultos e crianças, de 28 mil pessoas. Então, é um índice bastante alto. A gente também publicou sobre dados de desnutrição de uma forma mais ampla, não só de óbitos, que daí entra o déficit de peso que também é um dado do Ministério da Saúde que não é divulgado publicamente que foi por meio da Lei de Acesso à Informação, mas que mostrou que mais de 50% das crianças Yanomami nessa faixa etária de 0 a 5 anos têm déficit de peso ou baixo ou baixíssimo peso para a idade.”</p>   | Protagonismo do jornalista na narrativa<br>Atores sociais |
| 20'07" |  |   |
| 20'08" | <p>É, sob <i>Bolsonaro</i>, o maior índice de desnutrição do país está na terra Yanomami. O problema está espalhado por todo o território. O problema nutricional é generalizado, mas no cruzamento dos números, um cenário chama a atenção. As regiões mais afetadas pelo garimpo sofrem mais com a desnutrição.</p>  | Atores Sociais<br>Adjetivação                             |
| 20'26" |  |   |

|                      |  |   |
|----------------------|--|---|
| 20'27"<br>20'40"     | "Falando com fontes, lendo outras reportagens que já saíram sobre o tema, ficou claro que as razões pelas quais a desnutrição infantil é tão intensa na terra indígena Yanomami já se sabe, já estão postas"   | Protagonismo do jornalista na narrativa               |
| 20'41"<br>21'09"     | "A sociedade tem que entender, essas crianças são doentes porque não têm a atenção à saúde, é muito precária. As crianças pega 5, 10, 15 malária e muitos Yanomami, muitas crianças morrem nisso por falta de atendimento. Então, virá isso, a pessoa desnutrida de baixo peso."   | Fontes  |
| 21'10"<br><br>22'08" | O Rafa conversou também com Carlo Zacchini, o missionário que acompanha há décadas a terra indígena. "Nesses últimos meses, nesse último ano, a Cesai diminuiu as equipes, deixou posto de saúde desguarnecidos, sem ninguém, tem vários que estão sem ninguém, abandonados totalmente, por causa das ameaças dos garimpeiros que chegam lá atirando,ameaçando, amedrontando, afundando as canoas, causando a morte de crianças e adultos. Isso parece que não comove ninguém ou comove muitas poucas pessoas, não sei. Eu acho isso terrível. A gente está fazendo isso com um povo que não tem culpa nenhuma de ter nascido num lugar que lamentavelmente descobriu que tem ouro."   | Protagonismo do jornalista na narrativa<br><br>Fontes |
| 22'15"<br><br>23'25" | Esse foi o quarto episódio do Amazônia Sem Lei, mês que vem a gente está de volta. Se a proposta desse podcast faz sentido para você, considera ajudar a financiar o jornalismo da Agência Pública, é rápido e com uma pequena quantia por mês, você nos ajuda a seguir o rastro de quem ameaça a Amazônia. Acesse, <a href="http://apublica.org">apublica.org</a> e veja como se tornar uma aliada ou aliado do nosso trabalho. O Amazônia Sem Lei é uma produção da Agência Pública. A produção, roteiro e montagem quem faz é a Clarissa Levy, que apresenta o podcast aqui comigo, Ricardo Terto. A finalização de som é feita pela Mariana Romano e a coordenação geral do projeto é de Thiago Domenici. Nesse episódio, além de entrevistas e áudios captados pela equipe da Agência Pública, usamos trechos de áudio do especial Sangue Yanomami, produzido pela Amazônia Real e Repórter Brasil. Também usamos áudio da TV Cultura, de uma reportagem do Fantástico, do Instituto Socioambiental, o ISA, e ainda mostramos áudios da reportagem "Miséria Dourada" do jornal O Globo. Muito obrigada, até o mês que vem |   |

Fonte: A autora